

## Quem disse ?

«Partir de teses catastrofistas para retirar à Segurança Social pública a sua parte mais rentável é uma cedência aos lobbies financeiros»

**Helena Roseta**  
Público, 30 de Março

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1059 • 6 ABRIL 2000 • SEMANAL • 100\$ - 0,5 €



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## Cimeira Europa-África

### Novo sucesso diplomático de Portugal

A presidência portuguesa da União Europeia conseguiu mais um grande sucesso com a realização da cimeira entre a África e a Europa, segunda e terça-feira passada no Cairo.

Como sublinhou o primeiro-ministro, António Guterres, «após quatro anos de luta por parte de Portugal, foi possível realizar esta cimeira». Um encontro que disse ter possuído um valor fundamental: «o de procurar a ajudar a integrar África na globalização das relações internacionais».

Congratulando-se com o desfecho das negociações entre os ministros dos Negócios Estrangeiros e de altos funcionários das duas partes, o chefe do Governo destacou o êxito obtido, sublinhando que os «pontos essenciais» acordados permitem ligar «duas realidades que são muito importantes». Por um lado, «a clareza da definição de princípios democráticos, a defesa da paz e dos direitos humanos, incluindo liberdade de expressão e do Estado de Direito». Por outro lado, «a compreensão» que é necessário algo mais em relação a África. Segundo Guterres, a democracia, para subsistir, para não perecer, a democracia «tem que distribuir um dividendo democrático, só possível com desenvolvimento económico». Desenvolvimento que África só terá se obtiver, «no contexto das relações internacionais, maior apoio da Europa» em matérias relacionadas com a dívida externa dos países mais pobres, com a ajuda pública ao desenvolvimento e com a garantia de acesso dos seus produtos aos mercados do mundo desenvolvidos.

António Guterres afirmou ainda que a cimeira não se tratou de uma realização isolada, mas apenas o início de um processo que «Portugal tem muito orgulho em ter lançado».

Também o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, afirmou que Portugal cumpriu o seu dever ao propor a realização da cimeira, já que se tratava de uma iniciativa que falta para completar o quadro de relações externas da União Europeia.

## Aumento inevitável do preço dos combustíveis

# Governo minimiza custos sociais



Em consequência do aumento constante do preço do crude nos mercados internacionais, o Governo foi obrigado a tomar uma decisão difícil e impopular, aumentando os combustíveis. No entanto, em várias declarações públicas, o primeiro-ministro alertou os portugueses contra eventuais especuladores que procurem aumentar preços sem qualquer justificação. António Guterres também se queixou de líderes políticos de partidos da oposição que chegaram ao ponto de apelar à rebelião, numa atitude política irresponsável e demagógica. Para aqueles que preferiam que os aumentos tivessem sido faseados, o chefe do Governo lembrou que, em Espanha, os combustíveis estão mais caros e que já subiram este ano sete vezes. Já o ministro das Finanças e da Economia, Pina Moura, garantiu que a meta da inflação continuará a ser de dois por cento no final do corrente ano. Asseguro, igualmente, que os custos dos aumentos dos combustíveis serão partilhados entre o Estado, os cidadãos e as empresas.

## Política

### Ferro Rodrigues e a Lei de Bases da Segurança Social Melhorar a protecção social Encontrar um modelo sustentável



A proposta do Governo de Lei de Bases da Segurança Social foi aprovada quinta-feira com os votos favoráveis do Grupo Parlamentar do PS. Os objectivos do diploma, como explicou o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, têm como traços fundamentais melhorar a protecção social e fazê-lo de forma viável, responsável e sustentável.

## Governo

### Algarve Via longitudinal em expansão



O Conselho de Ministros aprovou, no passado dia 30 de Março, em Lisboa, um decreto-lei que atribui ao consórcio Euro Scut - Sociedade Concessionária da Scut do Algarve, SA, a concessão da concepção, projecto, exploração e conservação de lanço de auto-estrada na zona do Algarve. Na ocasião, o Governo socialista fixou também as bases de concessão e a resolução que aprova a minuta do respectivo contrato de concessão de lanços de auto-estradas e conjuntos vários associados.



## Reforçar a protecção social

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista aprovou na passada semana, na Assembleia da República, a nova Lei de Bases da Segurança Social. Trata-se de um diploma cuja finalidade é melhorar a actual protecção social, tornando-a cada vez mais justa, eficaz e credível. Ferro Rodrigues e a equipa que coordena são, sem dúvida, os grandes obreiros de uma nova política de solidariedade social e de combate ao desemprego dos governos socialistas, de que o rendimento mínimo garantido continua a ser uma das medidas mais emblemáticas. Se a criação do rendimento mínimo garantido – como medida eficaz de combate à pobreza e exclusão social –, e o aumento das pensões sociais segundo efectivos critérios de justiça social representam pontos fulcrais desta estratégia, a nova atitude socialista na área da Segurança Social e do combate ao desemprego é muito mais vasta e profunda.

O Governo de António Guterres deu já inequívocas provas de empenhamento na definição de uma estratégia de reforma social norteada pelos valores da justiça social, da equidade nas prestações e nos apoios sociais públicos para a realização da igualdade de oportunidades.

Estas medidas têm tido uma enorme repercussão na nossa sociedade nos últimos anos. Além da melhoria significativa da capacidade de cobrança das contribuições, há a salientar o aumento significativo que têm sofrido as diferentes pensões sociais desde 1995. E, salientese, em montantes superiores à inflação verificada.

De igual modo a relevância conferida no combate ao desemprego, no conjunto da política económica do Estado, tem permitido a diminuição da taxa de desemprego em Portugal nos últimos anos.

As diferentes reformas introduzidas no mercado de trabalho, na sequência do acordo de Concertação Estratégica, visando a flexibilidade das condições de prestação laboral, a redução progressiva e negociada do horário de trabalho e a partilha do trabalho constituem instrumentos que convergem para o objectivo central de combate ao desemprego. Esta política sustentada de combate eficaz ao desemprego, agora ampliada à escala europeia, é tão mais importante quanto sem a garantia de um rendimento decente, cujo nível corresponda às possibilidades de desenvolvimento económico de cada país, o cidadão comum arrisca-se a cair na precariedade, que gera intolerância, comportamentos anormais e predisposição ao surgimento de extremismos. É esta imensa lição do século XX que deve incitar os dirigentes mundiais a atribuir, desde o início do século XXI, a maior prioridade às políticas de extensão da segurança socioeconómica.



## O PODER DESPÓTICO DO CAPITALISMO

Entre diversos temas da actualidade nacional e internacional, o «Acção Socialista» de 8 de Abril de 1982 não deixava passar em branco uma data de grande importância para o PS e para o País: o aniversário da declaração de princípios da Acção Socialista Portuguesa - que viria mais tarde a transformar-se no Partido Socialista - tornada pública pelos camaradas Mário Soares, Manuel Tito de Morais e Ramos da Costa, insígnies militantes intemerados da democracia e do socialismo, a 7 de Abril de 1964, em Geneve, na Suíça. Dessa histórica declaração de princípios, em pleno fascismo ultramontano do ditador de Santa Comba, o «AS» recordava alguns pontos.

Assim, lia-se na declaração de princípios que «a Acção Socialista Portuguesa é o movimento político dos portugueses que encontram nos ideais socialistas a resposta para os problemas do nosso tempo, organizando os socialistas para o combate pela instauração, em Portugal, da democracia socialista».

«A concentração do poder económico nas mãos de uma minoria privilegiada é incompatível com os princípios democráticos», lia-se ainda na histórica declaração.

J. C. CASTELO BRANCO

8 de Abril

Quem disse?

«O poder despótico do capitalismo só poderá ser vencido pela acção dos trabalhadores que têm de desempenhar um papel preponderante na luta pela sociedade socialista»

**Declaração de princípios da Acção Socialista Portuguesa**



## Jorge Coelho nomeado ministro porta-voz

O primeiro-ministro, António Guterres, informou o Presidente da República, no dia 30, que Jorge Coelho foi designado ministro porta-voz do Governo.

«O ministro Jorge Coelho passa a exercer essas funções juntamente com aquelas que lhe estão atribuídas», disse o chefe do Executivo socialista no final da audiência semanal com Jorge Sampaio.

O camarada Jorge Coelho, que é ministro da Presidência – e no âmbito dessas funções assegura a coordenação política do Governo – e ministro do Equipamento Social, desempenha ainda, a nível partidário, as funções de coordenador da Comissão Permanente do PS.

As funções de ministro porta-voz do Governo para que Jorge Coelho foi designado vão exercer-se sobretudo a nível dos assuntos mais especificamente políticos ou transversais a diversos ministérios.

O porta-voz do Conselho de Ministros continuará a ser o secretário de Estado da



Presidência, Vitalino Canas, e os diversos ministros continuarão a pronunciar-se sobre as respectivas áreas da governação.

## Agricultura e pesca

### Preço do gasóleo sem agravamento

O Ministério da Agricultura anunciou, no dia 30, que o preço do gasóleo para as actividades agrícolas e piscatórias não vai sofrer qualquer agravamento na sequência da subida do combustível decretada pelo Governo.

Sendo assim, o Ministério de Capoulas Santos revela que o preço do gasóleo colorido e marcado, o chamado gasóleo verde, para a agricultura mantém o preço

de venda nos 67 escudos por litro e o gasóleo do mesmo sistema utilizado para as pescas nos 45 escudos por litro.

O Ministério afirma ainda, em nota enviada à Comunicação Social, que a poupança gerada com a criação deste novo sistema, o do gasóleo marcado, e o combate ao seu uso indevido, ascendeu a cerca de dez milhões de contos durante os dois últimos anos.

## Carlos César defende: «Património cultural deve ser encarado actividade económica»

O presidente do Executivo açoriano, o socialista Carlos César, defendeu que o património cultural do arquipélago deve ser encarado «como uma actividade económica de qualidade e geradora de emprego».

Carlos César, que falava na Povoação no encerramento do I Simpósio de Artes e Ofícios dos Açores, salientou que a preservação da identidade cultural das ilhas não deve ser, unicamente, adoptada numa estratégia de «obrigação» de a passar para futuras gerações.

Há que salvaguardar e estimular «a continuidade de uma posição cultural e produtiva», sendo, ainda, necessário criar condições para que se torne competitiva face às restantes actividades económicas, referiu.

Carlos César justificou a sua posição com os «milhares de mulheres e homens açorianos» que asseguram um complemento ao seu rendimento através da manutenção das tradições e trabalho na área das artes e ofícios.

O simpósio pretendeu constituir um



contributo para o desenvolvimento das microempresas de artesanato das regiões ultraperiféricas, contando, para isso, com a participação de especialistas nacionais, franceses e espanhóis.

## GOVERNO MINIMIZA CUSTOS SOCIAIS

**Em consequência do aumento constante do preço do crude nos mercados internacionais, o Governo foi obrigado a tomar uma decisão difícil e impopular, aumentando os combustíveis. No entanto, em várias declarações públicas, o primeiro-ministro alertou os portugueses contra eventuais especuladores que procurem aumentar preços sem qualquer justificação. António Guterres também se queixou de líderes políticos de partidos da oposição que chegam ao ponto de apelar à rebelião, numa atitude política irresponsável e demagógica. Para aqueles que preferiam que os aumentos tivessem sido faseados, o chefe do Governo lembrou que, em Espanha, os combustíveis estão mais caros e que já subiram este ano sete vezes. Já o ministro das Finanças e da Economia, Pina Moura, garantiu que a meta da inflação continuará a ser de dois por cento no final do corrente ano. Assegurou, igualmente, que os custos dos aumentos dos combustíveis serão partilhados entre o Estado, os cidadãos e as empresas.**

O primeiro-ministro alertou os portugueses contra o oportunismo dos que defendem aumentos dos preços não directamente dependentes do aumento dos preços dos combustíveis. Falando à saída da audiência semanal com o Presidente da República, António Guterres admitiu que «há certas situações em que será inevitável que o aumento dos combustíveis se traduza num aumento de outros produtos», mas, acrescentou, «na maior parte dos casos não haverá qualquer relação. Não tem que haver uma relação directa e quando há ela é muito limitada», disse ainda o camarada António Guterres, lembrando que, pelas contas do Governo, o aumento dos combustíveis provocará uma subida da inflação da ordem dos 0,4 por cento em média anual. «Não foi prazer que o Governo tomou uma medida destas, que corresponde – e nós sabemos-lo e compreendemo-lo – a um sacrifício para muitas pessoas», afirmou o primeiro-ministro ao pronunciar-se sobre o recente aumento dos preços dos combustíveis. Por saber o carácter difícil desta medida, segundo o secretário-geral do PS, «o Governo tudo fez para evitar tomar esta decisão, aguardando por todos os sinais que permitissem evitar tomar uma medida desta natureza».

No entanto, perante uma tendência contrária e constante, o Governo «não podia fazer outra coisa, visto que o país estava a sofrer uma drenagem de receita



fiscal, que iria obrigar a que se tomassem medidas duras mais tarde», designadamente em áreas como a educação e saúde.

A mesma explicação apresentou António Guterres nas reuniões da Comissão Política Nacional e da Comissão Nacional do PS, na sexta-feira e no sábado. Nas duas reuniões, os discursos do secretário-geral do partido mereceram prolongados aplausos por parte de todos os dirigentes, tendo saído a mensagem de que o Partido Socialista está unido, sereno e empenhado em enfrentar os desafios que decorrem deste aumento dos preços. O coordenador da Comissão Permanente do PS, Jorge Coelho, fez questão de salientar o conjunto de medidas já tomadas pelo executivo para amenizar os efeitos nefastos do aumento de preços dos combustíveis, enquanto o presidente do PS/Viseu, José Junqueiro, realçou a forma humildade como o partido reage à todas as críticas, em contraponto com a antiga arrogância do «cavaquismo». No final da Comissão Nacional do PS, José Junqueiro declarou que o primeiro-ministro sentiu um ambiente de «grande coesão interna» entre os socialistas, estando na firme disposição de lutar contra todas as dificuldades.

### Oposição entra na demagogia

Nas declarações que proferiu à saída da sua audiência com o Presidente da República, António Guterres disse também ter ficado chocado com as acusações de eleitoralismo que lhe foram dirigidas pela oposição, considerando que se as razões tivessem sido essas os aumentos teriam

tido lugar logo em Novembro, a seguir às últimas eleições legislativas. «Esperámos até agora porque quisemos fazer tudo para ver se era possível não ter de tomar esta medida», frisou. «Outra crítica que tem surgido – e à qual eu gostaria de responder –, é a que deveríamos ter feito estes aumentos de forma faseada e não de uma só vez», acrescentou. Mas a Espanha fez os aumentos de forma gradual e já subiu os preços do gasóleo por sete vezes, custando já 135 escudos, enquanto que em Portugal está nos 125 escudos», recordou. «É bom não esquecer que, apesar destes aumentos serem reais, estão ainda muito abaixo da generalidade dos que têm ocorrido na maior parte dos países da Europa», salientou o chefe do Governo.

O primeiro-ministro destacou ainda a preocupação que, ao decidir os aumentos, o Governo teve relativamente a «sectores particularmente vulneráveis». Por isso, explicou, houve a preocupação de não mexer no gasóleo agrícola e das pescas. Nesta perspectiva, António Guterres lembrou ainda as pequenas empresas de transportes, para os quais o Executivo vai propor ao Parlamento a aprovação de uma forma de fazer repercutir no IVA uma parte do aumento do gasóleo. O objectivo é que, para essas pequenas empresas, o aumento efectivo não seja de 15 mas apenas de cinco escudos. Com essa decisão, evitam-se também alguns efeitos ao nível da inflação.

No que respeita a este último indicador, o primeiro-ministro lembrou que a inflação homóloga tem estado abaixo dos dois por cento, pelo que o Governo tem a esperança de que seja possível acomodar

esse aumento. Mas, para isso, «é também necessário que as pessoas procedam com rectidão e não aproveitem este aumento de combustíveis para fazer outros aumentos que não têm qualquer justificação». Temos a esperança de que seja possível conter os aumentos de preços durante o ano dentro daquilo que pode ser razoavelmente próximo do que previmos no orçamento de Estado.

Comentando as reacções aos aumentos de preços de combustíveis, António Guterres salientou o contraste entre os comentários das pessoas em geral e «o discurso exaltado, incitando quase à rebelião pública de líderes políticos» que deveriam ter «um comportamento responsável».

### Custos serão partilhados

«Os portugueses compreenderão o aumento dos preços do gasóleo e da gasolina, devendo encará-lo com muita serenidade esta subida de preços», afirmou o ministro das Finanças e da Economia, Pina Moura. Em conferência de Imprensa, o membro do Governo apelou à compreensão dos portugueses, referindo que o efeito do aumento dos preços dos combustíveis não será apenas por eles suportado, mas também pelo próprio Estado, que perde 60 milhões de contos em impostos sobre produtos petrolíferos. De acordo com o ministro das Finanças e da Economia, «os ajustamentos foram feitos com base em dois critérios: rigor e partilha entre o Estado, as empresas e os consumidores. Sei que esta não é uma informação simpática, mas também sei que é uma decisão necessária», acrescentou Pina Moura, referindo-se à subida internacional do preço do crude, que não foi repercutida nos preços internos dos combustíveis. Pina Moura garantiu ainda que, «desde que o preço do barril do petróleo oscile entre os 20 e os 25 dólares – patamar considerado pelo Governo para a fixação de novos preços – não haverá necessidade para se proceder a novos aumentos. Pela sua parte, o Governo também assegura que continuará a política da subsidiarização aos combustíveis, enquanto o preço do barril do petróleo se mantiver entre os 20 e os 25 dólares.

Entretanto, na segunda-feira, o ministro da Administração Interna, Fernando Gomes, afirmou que o Ministério do Equipamento Social vai reunir-se com os representantes dos camionistas para debater a situação no sector. «O Governo espera conseguir um acordo para o sector que evite a marcha lenta de camionistas», acrescentou Fernando Gomes.

De referir que, na sequência da medida tomada pelo Governo, entre os países da União Europeia, apenas a Grécia tem o preço do gasóleo mais barato do que Portugal.



## MELHORAR A PROTECÇÃO SOCIAL ENCONTRAR UM MODELO SUSTENTÁVEL

**A proposta do Governo de Lei de Bases da Segurança Social foi aprovada quinta-feira com os votos favoráveis do Grupo Parlamentar do PS. Os objectivos do diploma, como explicou o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, têm como traços fundamentais melhorar a protecção social e fazê-lo de forma viável, responsável e sustentável. Na sua intervenção, na Assembleia da República, o membro do Governo também teve a oportunidade para apelar ao mais amplo consenso político, já que se trata de uma lei importante para o futuro dos portugueses. Esta lei de bases, por outro lado, segue-se a outras medidas já tomadas pelos executivos socialistas no sentido de reforçar a protecção social, como foi o caso, entre outros, do rendimento mínimo garantido.**

**N**o seu discurso, o ministro do Trabalho e da Solidariedade afirmou que a política de reformas dos Governo socialistas já produziu resultados que permitem concluir que Portugal tem hoje uma Segurança Social «mais justa e eficaz, mais sólida e mais credível». Além de medidas emblemáticas como o rendimento mínimo garantido, os dois governos de António Guterres melhoraram de forma significativa a capacidade de cobranças das contribuições, que cresceram nos últimos anos cerca de dois pontos percentuais acima das remunerações nominais. O rácio das cobranças, que não ultrapassava os 93 por cento há cinco anos atrás, situou-se em 1999 em 97 por cento. Nos últimos anos, também se verificou uma notável capacidade de capitalização pública do sistema: de um valor de 86 milhões de contos em Dezembro de 1995, no ano 2000 atingiu-se ao 600 milhões de contos. «Combatemos de forma eficaz o acesso irregular a prestações sociais: o valor das prestações na doença, entre 1995 e 1999, diminuiu cerca de nove milhões de contos em termos nominais e bastante mais em termos reais», declarou Ferro Rodrigues, antes de concluir que o país tem hoje «um sistema mais seguro e mais credível». Os trabalhadores por conta de outrem a contribuírem para o regime geral eram em 1999 3,4 milhões face a uma valor de 2,9 milhões em 1995. O sistema de Segurança Social é igualmente mais justo e eficaz. Como lembrou o membro do Governo na sua intervenção, entre 1995 e 1999, a pensão social evoluiu em termos reais, ou seja, acima da inflação, num montante de 26 por cento. A pensão do regime agrícola é já hoje, mesmo antes do aumento



extraordinário aprovado no Orçamento de Estado de 2000, superior em 14 por cento ao valor de 1995, diferença que passará para 26 por cento em Julho do corrente ano. Por sua vez, segundo o ministro, as pensões mínimas do regime geral subirão, igualmente em termos reais, de 20 por cento para os pensionistas com 15 anos de carreira contributiva, 38,5 por cento para as carreiras de 25 anos, 46 por cento para as carreiras de 30 anos e 85 por cento para as carreiras completas.

### Factores de risco do sistema

No entanto, como advertiu Ferro Rodrigues, o Governo sabe que, a médio prazo, é real o risco de desequilíbrio financeiro do regime geral. As mudanças demográficas, a maturação do sistema, as transformações económicas e sociais explicam esse facto, mas o seu momento e dimensão serão significativamente influenciados pelo comportamento macroeconómico e, principalmente, pela capacidade de crescer o nível de emprego, facto decisivo da sustentabilidade da protecção social. Estes factores de risco, segundo Ferro Rodrigues, terão de ser enfrentados «sem dramatismos, sem demagogias, com rigor e com responsabilidade».

fixando uma meta de esforço anual e desejável para a criação de uma componente capitalizável orientada para a sustentabilidade futura do sistema.

«Avançamos igualmente para a necessidade imperiosa de alterar a fórmula de cálculo que determina o acesso às prestações de velhice do sistema previdencial, por forma a que a que progressivamente toda a carreira contributiva conte para a fixação das pensões», acrescentou ainda o ministro do Trabalho e da Solidariedade.

### Ferro denuncia demagogias

Durante a sua intervenção no debate sobre revisão da Lei de Bases da Segurança Social, Ferro Rodrigues deixou bem claro que é «inaceitável qualquer proposta de aproximação (entre pensões mínimas e salário mínimo) que não tenha em conta na fixação das pensões mínimas a dimensão da carreira contributiva dos pensionistas. Aceitamos que as pensões de natureza não contributiva cresçam de forma positivamente diferenciada, mas sempre subordinando esse crescimento à capacidade de aumentar as responsabilidades sociais do Estado e à sustentabilidade das contas públicas e não cedendo a propostas demagógicas», contrapôs o ministro do Trabalho e da Solidariedade.

Mas Ferro Rodrigues também lamentou a forma «pouco rigorosa» como tem decorrido o debate em torno da questão da fixação de tectos contributivos, associados à combinação com regimes de capitalização individual.

Para o PS e para o Governo, «é importante que a lei de bases possa dar um sinal de estímulo ao desenvolvimento de modalidades complementares de protecção social. É importante que o Estado crie as condições de estabilidade para que esse estímulo cumpra o seu papel de acrescer a corresponsabilização do cidadão na construção do seu futuro», frisou o membro do Governo.

Num sinal de abertura para os trabalhos parlamentares na especialidade, o ministro do Trabalho e da Solidariedade apelou a um consenso, afirmando que não se pretende excluir ninguém desse esforço. «Não existe, nesta casa, projectos de primeira e projectos de segunda. Este não é um tema para chantagens, ameaças ou demagogias».

Contudo, Ferro Rodrigues também deixou uma séria advertência: se não for possível o consenso, «que cada um assumam as suas responsabilidades. Pela parte do Governo, se não for possível aprovar uma nova lei de bases, não deixaremos de continuar a trabalhar na reforma da Segurança Social. Em piores condições mas com a mesma convicção».

DESTAQUE – CM

Algarve

## VIA LONGITUDINAL EM EXPANSÃO

O Conselho de Ministros aprovou, no passado dia 30 de Março, em Lisboa, um decreto-lei que atribui ao consórcio Euro Scut - Sociedade Concessionária da Scut do Algarve, SA, a concessão da concepção, projecto, exploração e conservação de lanço de auto-estrada na zona do Algarve. Na ocasião, o Governo socialista fixou também as bases de concessão e a resolução que aprova a minuta do respectivo contrato de concessão de lanços de auto-estradas e conjuntos vários associados.

A Concessão Scut do Algarve ligará Vila Real de Santo António a Lagos numa extensão total de 134 quilómetros.

A nova concessionária construirá cerca de 42 quilómetros de auto-estrada (lanços Alcantarilha-Lagoa e Lagoa-Lagos). O troço Guia-Alcantarilha (oito quilómetros) está actualmente em construção, sendo transferido para a concessionária aquando da sua conclusão.

Após a finalização da construção de toda a rede concessionada (quarto trimestre de 2002) a concessionária procederá à sua manutenção e exploração até Abril de 2030.



De salientar que a via longitudinal do Algarve passará a ter, em toda a sua extensão, a qualidade de serviço de uma verdadeira auto-estrada, com áreas de serviço, apoio aos utentes, conservação integral (bermas, pavimentos, drenagens,

guardas de segurança) e policiamento das margens.

Entre as obrigações, são de salientar, pelo seu carácter inovador, a impossibilidade de fecho de vias para obras acima de um limite imposto, ou a existência de multas

para níveis de sinistralidade superiores à média nacional para o mesmo tipo de estrada.

Em termos de calendarização prevê-se a adjudicação provisória da Concessão para breve; a aprovação do decreto-lei das Bases do Concurso pelo Conselho de Ministros e assinatura do Contrato de Concessão para o segundo trimestre de 2000.

O valor do investimento, a realizar pela nova concessionária, na conclusão da via longitudinal do Algarve será de cerca de 43 milhões de contos ao que se soma um investimento directo do Estado de cerca de seis milhões de contos.

A este investimento inicial teremos de adicionar-se um investimento de exploração, manutenção e grandes conservações periódicas, ao longo dos próximos 30 anos de 25 milhões de contos, a preços de 1999.

A contrapartida por este investimento privado será o pagamento de uma portagem por cada veículo que utilize esta infra-estrutura.

O valor total estimado destas portagens ascenderá a 45,8 milhões de contos (a preços de 1998).

DESTAQUE – CM

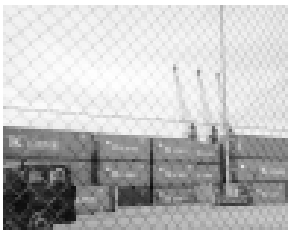
Transportes

## PLANO DE REDE NACIONAL DE PLATAFORMAS LOGÍSTICAS

O Executivo socialista deu carta branca à resolução que determina a elaboração do Plano da Rede Nacional das Plataformas Logísticas. A decisão foi tomada, quinta-feira, dia 30 de Março, durante a reunião de Conselho de Ministros, que decorreu em Lisboa.

Saliente-se que a logística constitui, actualmente, um sector de actividade específico, de reconhecida importância para o desenvolvimento das actividades económicas e para a melhoria da competitividade dos países e das regiões. A integração de Portugal na União Europeia exige a inserção do seu sistema de transportes nas redes europeias e intercontinentais e uma maior eficácia e capacidade competitiva do sistema de logística nacional, permitindo reforçar o papel do País nas relações da Europa com outros espaços económicos.

O Plano da Rede Nacional das Plataformas Logísticas, que deverá abranger todo o território continental, visa criar condições para uma mais eficaz movimentação, tratamento e gestão de mercadorias e bens de consumo, de forma a responder às exigências e padrões de uma melhor qualidade ambiental, integrando o processo de ordenamento do território nos diversos níveis da sua concretização, e garantir a



necessária e urgente articulação da logística nacional com as redes ibérica e europeias. Competirá à Direcção-Geral de Transportes Terrestres promover a elaboração do Plano, no prazo de um ano, e presidir à Comissão Mista de Acompanhamento, que integra representantes das Secretarias de Estado da Indústria, do Comércio, e do Ambiente, e ainda das Comissões de Coordenação Regional, do Instituto das Estradas de Portugal, do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário, do Instituto Marítimo Portuário, das Administrações dos Portos de Aveiro, de Setúbal, de Lisboa, de Sines, do Douro e Leixões, do Instituto Nacional de Aviação Civil, da ANA, Aeroportos de Portugal, SA, e da Direcção-Geral de Desenvolvimento Regional.

ECONOMIA

Fundos comunitários

## GUTERRES QUER RIGOR NA APLICAÇÃO DO III QCA

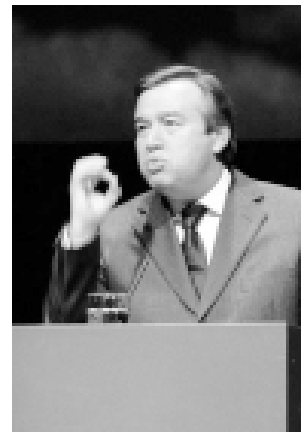
O primeiro-ministro, António Guterres, salientou na passada sexta-feira que o terceiro Quadro Comunitário de Apoio (III QCA) de Portugal «não representa dinheiro fácil, não é uma árvore das patacas que o País pode gastar sem critérios e exigências».

Guterres falava, no dia 31 de Março, na cerimónia de assinatura do III QCA que prevê o investimento de dez mil milhões de contos entre 2000 e 2006.

O chefe do Executivo PS considerou que este montante deve ser administrado com todo o rigor já que é insuficiente para a resolução cabal dos maiores problemas do País: a baixa qualificação média dos portugueses e a baixa produtividade das pequenas e médias empresas.

O governante, que foi, juntamente com a ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, e o comissário para a Política Regional, Michel Barnier, um dos oradores da sessão, congratulou-se com o facto de Portugal ter sido o primeiro país da União Europeia a iniciar e a terminar as negociações do III QCA.

Na assinatura do terceiro Quadro Comunitário de Apoio, que foi subscrito pelo comissário Barnier e que decorreu no Pavilhão do Futuro, no Parque das Nações, estiveram presentes cerca de 400



personalidades entre as quais o anterior ministro do Planeamento João Cravinho, vários membros do Governo, o presidente do Executivo regional açoriano, um representante do Governo da Madeira, deputados e numerosos presidentes de câmaras municipais de diversos partidos.

PELO PAÍS

Governança Aberta

**ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

O ministro da Administração Interna, Fernando Gomes, considerou segunda-feira, dia 3, em Braga, que a realização de exames de condução nos parques de manobras vai dificultar as fraudes na concessão de cartas de condução. Em declarações aos jornalistas, o governante referiu que os parques de manobras criam condições para que as fraudes na obtenção da carta diminuam, quer porque os exames teóricos são feitos e corrigidos por métodos informáticos, quer porque os práticos são fiscalizados por vários examinadores.

O ministro deslocou-se segunda-feira a Palmeira, nos arredores de Braga, para inaugurar o Centro de Exames com Parque de Manobras do distrito, que vai servir para o ensino da condução automóvel e para tarefas de sensibilização da juventude no domínio do trânsito.

Fernando Gomes explicou que os exames teóricos de Código da Estrada são feitos com recurso a um sistema multimédia, o qual faz imediatamente a correcção das respostas, impedindo qualquer alteração ou fraude.

No que toca ao exame prático de condução, a parte que decorre nos arruamentos do Parque de Manobras é fiscalizada por vários examinadores que, postados ao longo do percurso, vão pontuando a perícia dos condutores.

**CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

O ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, afirmou, no dia 1, em Coimbra, que o ensino da matemática em Portugal continua a funcionar como um «fortíssimo instrumento de selecção social e intelectual».



«Este crivo de selecção social ainda funciona em Portugal e noutros países», sublinhou o governante ao intervir na sessão de abertura do II Debate sobre a Investigação Matemática, promovido pelo Centro Internacional de Matemática (CIM), uma associação privada sem fins lucrativos criada pela Sociedade Portuguesa de Matemática (SPM).

O ministro explicou que, na aprendizagem desta disciplina, os alunos «mais pobres e estudiosos» concluem com êxito as

respectivas formações académicas superiores, o mesmo conseguindo os «mais ricos, ainda que cábulas», pelo facto de terem «dinheiro para pagar a explicadores».

Mariano Gago aludiu à atitude dos portugueses, neste final de século, perante a ciência e a tecnologia, considerando que «a população vê hoje nelas, em geral, o futuro do emprego dos filhos». «E este é um ponto importante para a matemática, enquanto mãe das ciências», referiu.

O governante lembrou que subsiste no País, ao nível do ensino superior, uma «grande desproporção entre o número de doutorados e o número de alunos».

«Existem sete a oito mil doutores em Portugal. Deveriam ser pelo menos o dobro para ficarmos ao nível do resto da Europa», acrescentou, para advertir que «ainda temos que trabalhar muito para entrarmos nas médias europeias».

**COMUNICAÇÃO SOCIAL**

O secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho, revelou, na passada sexta-feira, que o Governo vai abrir concurso público para a televisão digital no prazo de dois meses.



A revelação foi feita no II Congresso da Associação Profissional Espanhola de Informadores de Imprensa, Rádio e Televisão (APEI/PRTV) que decorreu em Lisboa.

Arons de Carvalho adiantou que o Executivo socialista espera que todo o processo para o arranque da televisão digital esteja pronto a ser uma realidade dentro dos próximos dois anos.

Segundo o governante, este é um dos campos em que se verifica ainda algum atraso de Portugal em relação à maioria dos países da comunidade europeia e que o Executivo está apostado em solucionar. No mesmo dia 31 de Março, Arons de Carvalho disse que a *holding* destinada a congregar as empresas de Comunicação Social estatais ou maioritariamente controladas pelo Estado espera apenas a promulgação pelo Presidente da República.

Apesar de algumas oposições e preocupações manifestadas quer por trabalhadores quer por entidades ligadas às empresas que serão integradas neste

projecto governamental, Radiodifusão Portuguesa (RDP), Radiotelevisão Portuguesa (RTP) e Agência Lusa, o Executivo mantém-se determinado na criação da *holding* para a Comunicação Social, salientando o governante.

À margem do II Congresso da Associação Profissional Espanhola de Informadores de Imprensa, Rádio e Televisão (APEI/PRTV) que decorreu, na semana passada, em Lisboa, o secretário de Estado da Comunicação Social reafirmou ainda não haver motivo para o Governo recuar nem para preocupações, porque as empresas envolvidas manterão a sua autonomia.

**DESPORTO**

O ministro-adjunto e da Administração Interna, Fernando Gomes, responsável pela pasta do Desporto, admitiu no dia 31 de Março, a importância do desporto de alta competição, apresentando um projecto de reinserção na sociedade dos atletas no final da carreira.

O governante, que falava na cerimónia de assinatura de um protocolo com vista à colaboração da Universidade de Matricidade Humana na criação do Centro de Alto Rendimento, revelou que o Estado reconheceu a necessidade dos atletas de alta competição no final da sua carreira serem encaminhados para a vida activa.

«Os atletas, dos quais se exige grande profissionalização, têm de ter reconhecimento por parte do Estado», afirmou Fernando Gomes, revelando que foi constituído um grupo de trabalho que, em 2001, apresentará o programa de reinserção dos desportistas de alta competição, nos diversos sectores da sociedade.

O ministro reconheceu ainda que «cada vez mais a alta competição é feita de competitividade e menos de improvisação», justificando a criação do Centro de Controlo e Avaliação do Treino Desportivo ao nível do alto rendimento.

«É nesse sentido que o Governo decidiu aliar-se aos que disponibilizam meios científicos para o aumento e melhoria da competitividade do desporto em Portugal», disse Fernando Gomes.

Segundo o ministro, «trata-se de aproveitar os que estudam para ajudar aqueles que fazem para fazer melhor».

**EDUCAÇÃO**

O ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins, realçou sexta-feira, em Faro, a importância de uma proposta de lei que o Governo vai enviar nos próximos dias à Assembleia da República relativa ao «ordenamento e organização» do ensino superior.

O governante destacou a importância «fulcral» do novo diploma quando usava da palavra na cerimónia alusiva à inauguração da Biblioteca Central da Universidade do Algarve, a maior e mais importante de toda a Região.

O ministro salientou que aquela proposta de lei se insere no «novo ciclo» que vive o ensino em Portugal e na necessidade de se definir «com nitidez» o que se pretende para o ensino superior, tanto ao nível das

universidades, como dos institutos politécnicos.

Isto porque, conforme explicou, a abertura de fronteiras e a globalização da economia obriga a que se tenha de planear «estrategicamente o futuro», obrigando a que o ensino superior «não se feche sobre si, mas, antes, se abra à realidade actual». O titular da pasta da Educação chamou a atenção para o papel «regulador» que também assumirá o novo diploma, uma tarefa que considerou «complexa» e da qual, disse, resulta a responsabilidade do Estado «em garantir aquela que é considerada a primeira preocupação da sociedade (...): a formação e a educação dos cidadãos».



Para adequar o sistema do ensino superior aos dias de hoje, torna-se imperativo, conforme defendeu Oliveira Martins, «articular as diferentes redes do ensino superior, tornando-o num sistema coerente, coordenado e articulado».

A aposta, segundo o ministro, é na «qualidade», devendo, por isso, «assumir-se sem quaisquer constrangimentos os investimentos em infra-estruturas e meios humanos».

**EQUIPAMENTO**

A Via do Infante, cuja concessão foi atribuída quinta-feira pelo Governo ao Consórcio Euro-Scut – Sociedade Concessionária da Scut do Algarve, SA, vai ficar concluída em 2002, disse, no dia 30, o ministro Jorge Coelho.

A conclusão da auto-estrada, que ligará Vila Real de Santo António a Lagos, numa extensão de 143 quilómetros, envolve um investimento de 43 milhões de contos por parte da concessionária e mais seis milhões do Estado, disse ainda o ministro da Presidência e do Equipamento Social. O decreto-lei aprovado pelo Conselho de Ministro atribuiu ao referido consórcio a concessão, exploração e conservação da referida via e aprova a minuta do contrato de concessão de lanços e diversos conjuntos associados.

**FINANÇAS E ECONOMIA**

O ministro das Finanças e Economia, Pina Moura, anunciou, sexta-feira, em Lisboa, um volume de incentivos entre 15 e 20 milhões de contos para o sector dos

PELO PAÍS

Governação Aberta

transportes nos próximos três anos, ao abrigo do Programa Operacional da Economia (POE). Pina Moura, que falava em conferência de Imprensa na sede do Conselho de Ministros, referiu o apoio governamental «a projectos integrados que prevejam a modernização e o reforço da competitividade».



Neste capítulo incluem-se incentivos à utilização de novas tecnologias, apoio ao investimento em infra-estruturas, protecção ambiental e eco-eficiência, entre outras. Está também previsto o apoio «às reconversões de frotas para utilização de combustíveis com maior eficiência energética e ambiental».

PESCAS

O comissário europeu da Agricultura e Pescas, Franz Fishler, participou segunda-feira, dia 3, em Olhão, na apresentação do programa de recifes artificiais da costa algarvia, considerado o maior da Europa. Fishler deslocou-se depois a Vila Real de Santo António, onde assistiu à inauguração da nova lota da cidade, na presença do ministro da Agricultura e Pescas, Capoulas Santos.



A apresentação do programa de recifes artificiais decorreu no Instituto de Investigação das Pescas do Mar (IPIAMAR), em Olhão, local onde também foi rubricada a segunda fase daquele programa, iniciado em 1992.

A iniciativa visa o ordenamento das pescas litorais, terá a sua conclusão em 2001 e prevê a criação de sete grandes sistemas recifais, cada um deles constituído por 2 940 módulos de betão, com o peso unitário de três toneladas.

Estão a ser colocados também 36 módulos de grande dimensão, com cerca de 40 toneladas cada.

Com uma área total da ordem dos 36 quilómetros quadrados, trata-se da maior estrutura daquele tipo da Europa, em grande parte financiada pela União Europeia.

Tem por objectivos promover a protecção às populações juvenis de peixes, proporcionar a diversidade das capturas, criar zonas de pesca e promover a exploração racional dos recursos litorais.

No contexto do projecto serão promovidos ensaios de aquicultura (algas, bivalves e peixes) associados aos recifes naturais, incentivar-se-á actividades de eco-turismo e desenvolver-se-ão estudos integrados sobre o funcionamento dos ecossistemas litorais.

REFORMA DO ESTADO

O ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, Alberto Martins, enumerou, no dia 30 de Março, em Lisboa, vários aspectos negativos da administração pública.



O ministro, que falava na inauguração do II Encontro Nacional do Instituto Nacional da Administração (INA), considerou preocupante «a violação insensível e quotidiana das normas, boas ou más», assim como a fuga às regras e à disciplina, uma gestão financeira não aferida pelos resultados e o regresso ao centralismo.

Para Alberto Martins, há uma «violação quotidiana das normas» que se traduz, por exemplo, no «afunilamento dos pacientes nas urgências hospitalares» ou na sobrelocação das prisões.

O administrador público vê-se «entre cumprir formalmente a lei e não prestar um serviço público, ou prestar um serviço público e violar quotidianamente a lei».

O governante criticou ainda a proliferação de entidades com «autonomias diversas» que não garantem uma gestão eficaz nem eficiente, criando «mecanismos que escapam aos controlos contabilísticos».

Na opinião do ministro, «as flexibilidades» são sempre criadas no sentido crescente dos gastos «e do aumento da espiral dos custos e da ineficiência».

Outra tendência criticada por Alberto Martins é a do centralismo, que qualifica como «doença infantil dos gestores inexperientes e ambiciosos».

Além de diagnosticar os males mais prementes da administração pública, Alberto Martins deu a receita para combatê-los.

Na primeira linha, é necessário um esforço para pôr em prática o já aprovado plano oficial de contas da administração pública, o combate à «incoerência e ao casuismo» e um controlo concreto dos serviços prestados pelo exterior à administração pública.

Por outro lado, «as estruturas, os quadros e os recursos numa administração mais reguladora necessitam de ser dramaticamente revistos», disse.

Para o ministro, face às novas tecnologias «há barreiras culturais a vencer». Por isso, há que «aclimatar» as gerações mais velhas ao ambiente dos modernos sistemas de informação.

SAÚDE

A ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, inaugurou terça-feira, dia 4, o Centro de Atendimento a Toxicodependentes (CAT) de Torres Vedras, um ano depois da autarquia ter disponibilizado instalações, cujo aluguer ascendeu a cinco mil contos. Os Serviços de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência (SPTT) garantiram em declarações à Imprensa que «o atraso na abertura do centro se ficou a dever a dificuldades na contratação de pessoal médico».

O Centro de Atendimento a Toxicodependentes vai começar a

funcionar com dez técnicos de saúde, dos quais três são médicos psiquiatras e os restantes são enfermeiros e assistentes sociais.

TRABALHO E SOLIDARIEDADE

O ministro do Trabalho e da Solidariedade afirmou, no dia 31 de Março, que as famílias devem ser responsabilizadas no apoio aos idosos porque o Estado não pode substituir o papel social dos agregados familiares.

Durante a inauguração de um centro de dia na Barosa, Leiria, Ferro Rodrigues referiu que não existe «nenhuma política que implique a desresponsabilização das famílias».

O facto do Estado ter uma política para a população mais idosa através de centros de dia e apoio domiciliário «não quer dizer que o Estado se responsabiliza totalmente pelos idosos».

Segundo o governante, «há muita gente que é idosa e que não precisa de apoio do Estado», pelo que este só deve intervir quando for indispensável.

Reconhecendo que o número de estruturas de apoio à população idosa está «longe daquilo que devia estar», o ministro do Trabalho e da Solidariedade sustentou que «a aposta deve ser feita no apoio domiciliário».

O centro de dia da Associação Humanitária da Barosa custou 52 mil contos (cerca de 260 mil euros), suportado em 60 por cento pelo programa Integrar e tem capacidade para 35 utentes.

A associação presta apoio ao domicílio a 27 idosos da há dois anos e já estabeleceu um protocolo com a Segurança Social de Leiria para acolher numa primeira fase 15 utentes, estando a negociar autorização para completar a lotação do empreendimento.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 30 de Março

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que atribui ao consórcio Euro Scut - Sociedade Concessionária da Scut do Algarve, SA, a concessão da concepção, projecto, exploração e conservação de lanço de auto-estrada na zona do Algarve;
- Uma proposta de lei de autorização legislativa ao Governo para alterar, com efeitos imediatos, a alínea b) do número 1 do artigo 21.º do Código do IVA no sentido de permitir a dedução integral do Imposto sobre o Valor Acrescentado contido nas aquisições de gasóleo e de gases de petróleo liquefeito (GPL) destinado a veículos de transporte de mercadorias, com peso superior a 3 500 quilos;
- Uma resolução que determina a elaboração do Plano da Rede Nacional das Plataformas Logísticas;
- Um decreto que aprova o protocolo de cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de São Tomé e Príncipe nos domínios do emprego, da formação profissional, das relações laborais, da segurança social e da inserção social, assinado em Lisboa a 22 de Dezembro de 1999;
- Uma resolução que define a composição e o funcionamento do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado;
- Uma resolução que delega na ministra da Saúde competência para os actos de instrução relativos aos procedimentos cuja abertura foi autorizada pela resolução n.º 135/99, de 22 de Outubro;
- Uma proposta de resolução que consagra a convenção sobre conciliação e arbitragem no âmbito da CSCE, concluída em Estocolmo, em 15 de Dezembro de 1992, e o protocolo financeiro estabelecido de acordo com o artigo 13º da convenção, adoptado pelo Comité de Altos Funcionários da CSCE, em Praga, em 28 de Abril de 1993.



DEPUTADO VERA JARDIM

Liberdade religiosa

## PROJECTO DO PS CONSAGRA SEPARAÇÃO E NÃO CONFSSIONALIDADE DO ESTADO



O projecto do PS de liberdade religiosa «pretende ir ao encontro das justas reivindicações de um estatuto mais igualitário, e por isso conforme com a Constituição, de todas as confissões religiosas existentes no País, que continuam a confrontar-se com situações várias de desigualdade a merecer urgente correcção».

Vera Jardim, que falava durante o debate do projecto do PS sobre liberdade religiosa de que foi autor, sublinhou que «não temos hoje, felizmente, qualquer problema grave com as religiões em Portugal. Muito menos uma "questão religiosa"».

Mas isso, adiantou, «não significa que não seja urgente a existência dum direito das religiões, baseado nos preceitos constitucionais, nas convenções e pactos internacionais de direitos, ratificados por Portugal e na já rica experiência comparada sobretudo com países de matriz constitucional e base sociológica conosco mais aparentada».

### Liberdade, igualdade e tolerância

Por isso torna-se necessário, na perspectiva do deputado do PS, «a aprovação de uma lei de liberdade religiosa em conformidade com a Constituição, como também a revisão da Concordata, que deve, no cumprimento do

princípio da igualdade, não ir além do que ali fica estabelecido, salvo no que em especial possa ser aplicado à Igreja Católica pela relevância desta na nossa sociedade».

Segundo sublinhou Vera Jardim, «o projecto do PS pretende cobrir todas as matérias relevantes, do direito das religiões, e encontra-se firmemente ancorado nos princípios constitucionais da liberdade, da igualdade, da separação e não confessionalidade do Estado».

Consagra igualmente – prosseguiu – «o princípio da tolerância, de especial relevância em sociedades plurireligiosas, onde podem surgir conflitos entre diversas faculdades e direitos englobados na liberdade religiosa».

Para o deputado do PS, o projecto em discussão no Parlamento «corresponde às necessidades da nossa sociedade e consagra os princípios e normas dum direito das religiões num moderno Estado de Direito democrático».

A terminar a sua intervenção, o deputado do PS, no quadro de abertura e de procura de amplos consensos que têm caracterizado a actividade legislativa quer do Governo quer da bancada socialista, afirmou: «Estamos abertos às contribuições de todos que sem desfigurar um projecto que julgamos constituir uma base muito positiva para o aperfeiçoamento do Estado de Direito, possam vir a beneficiá-lo.»

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO JOSÉ JUNQUEIRO

Petição sobre o IP5

## UM ALERTA PARA O QUE SE PASSA NAS ESTRADAS PORTUGUESAS



Uma petição sobre o IP5, que decorreu de mais um fatídico acidente ocorrido naquela via, esteve em discussão no Parlamento.

Pela bancada socialista interveio o deputado José Junqueiro que disse que a referida petição «é, sobretudo, um protesto e gesto de inconformismo para com uma solução global que demora e que, por isso mesmo, continua a permitir acidentes e mortes inaceitáveis».

É também, acrescentou, «um alerta para o que se passa em todas as outras estradas portuguesas».

Para o deputado do PS, o problema do

traçado do IP5 «tem duas soluções indissociáveis: uma pertence ao domínio da engenharia e outra ao domínio da educação».

«Ambas exigem a intervenção da sociedade em geral e do poder político em particular», sustentou

No que respeita à engenharia, José Junqueiro considerou «fundamental duplicar aquele corredor, dotando-o com perfil de auto-estrada, e alterar partes importantes do seu traçado de modo a prevenir inclinações excessivas ou, por exemplo, zonas especialmente favoráveis à formação de gelos mortais».

Depois de recordar as obras que o Governo está a realizar para melhorar o

traçado, o deputado do PS abordou a questão da educação.

Nesta matéria, recordou a campanha «Segurança Máxima – Tolerância Zero», que, sublinhou, se traduziu numa diminuição do número de mortos e de acidentes.

### Persuasão sobre o condutor funciona

O que mostra, segundo o deputado do PS, «que a persuasão sobre o condutor funciona».

Nesta matéria, sustentou, «é fundamental a maturidade e o grau de consciência de cada um, o autocontrolo, o respeito que o condutor deve a si próprio e aos outros, a

noção dos limites humanos e das contingências mecânicas».

«Não há nenhuma auto-estrada que evite excessos de velocidade ou de álcool, que evite manobras perigosas, correrias em dias de chuva ou em dias de nevoeiro», disse, acrescentando que «não há nenhuma estrada, nem nenhuma estatística que resista a estes comportamentos».

Segundo sublinhou o deputado da bancada socialista, «esta petição, a atenção da opinião pública em geral e da Comunicação Social em particular, têm-se transformado em contributos decisivos para a aceleração do processo de decisão e solução global».

J.C.C.B

DEPUTADO JOSÉ MANUEL EPIFÂNIO

Transportes

## PETIÇÃO É ENCENAÇÃO AUTÁRQUICA

O Governo socialista cumpriu a promessa eleitoral, apresentada ao portugueses em 1995 referente à criação de alternativas qualitativas e quantitativas em matéria de transportes colectivos existentes na Margem Sul do rio Tejo e entre ambas as margens.

Esta ideia foi defendida, no passado dia 31 de Março, na Assembleia da República, pelo parlamentar do PS José Manuel Epifânio, durante a discussão plenária de uma petição relativa ao Metro Sul Tejo (MST) do distrito de Setúbal.

Segundo recordou o deputado do GP/PS, «após a vitória eleitoral de Outubro de 1995, o Programa do Governo da Nova Maioria

assume sem reservas o compromisso de realização do MST».

«O acto de adjudicação do concurso público para a elaboração do anteprojecto do MST ao consórcio Semaly - Hidrotécnica Portuguesa - Pret, realizado nos primeiros dias de Novembro de 1995, é mesmo um dos primeiros actos de adjudicação de obras do Governo do PS», reivindicou.

Lembrando a série posições de força tomadas por algumas câmaras do distrito setubalense após a apresentação, em 1996, do primeiro relatório-síntese do consórcio, onde se propunha um reforço da complementaridade dos modos de

transporte, bem como uma alteração significativa do traçado inicial do projecto, José Manuel Epifânio frisou que foram elas a provocar os atrasos no processo.

É que, frisou, «com o aproximar das eleições autárquicas, as câmaras envolvidas viram-se na necessidade de encenar um drama, tentando transferir para a responsabilidade do Governo o atraso do início das obras, chegando mesmo ao limite de afirmar que o Governo e o PS não queriam o MST».

Neste sentido, a petição em apreço é, para o deputado socialista, «uma das cenas dessa encenação autárquica».

«Como é possível exigir que o início das

obras acontecesse no decurso de 1998 quando à data da tomada de posição que originou esta petição não havia ainda qualquer parecer do Conselho Superior de Obras Públicas que como todos sabemos, é fundamental para o lançamento do concurso internacional», questionou.

Para terminar a sua intervenção e num convite a apagar esse passado conflituoso, José Manuel Epifânio reafirmou a importância de reconhecer que o Governo socialista, através de algumas iniciativas legislativas, deu forma às justas aspirações dos municípios da Margem Sul do Tejo, conforme tinha prometido na campanha eleitoral de há cinco anos atrás.

MARY RODRIGUES



DEPUTADO ARTUR PENEDOS

Lei de Bases da Segurança Social

## DEBATER SEM ALARMISMOS ELEITORALISTAS



O deputado socialista Artur Penedos classificou de «ruído» a agitação pública levada a cabo pelo Partido Popular a propósito da reforma do sistema de protecção social, apelando para uma «discussão séria, responsável e empenhada», conduzida «sem alarmismos desnecessários e sem submissões a calendários eleitorais».

Artur Penedos falava, no passado dia 29 de Março, na Assembleia da República, por ocasião do debate parlamentar em torno de cinco iniciativas legislativas (uma proposta de lei governamental e projectos de lei do PCP, BE, PSD e PP) relativas à alteração da Lei de Bases da Segurança Social.

Na ocasião, o legislador frisou que o objectivo da bancada socialista «continua a ser o de envolver todos os projectos na procura de uma solução única e não o inverso».

«Não aceitamos que quem quer que seja tente condicionar o nosso pensamento político ou o nosso posicionamento parlamentar com atitudes chantagistas e com o objectivo de excluir ou marginalizar outros parlamentares, só porque apresentam projectos ou pensamentos diferentes dos nossos», advertiu.

Centrando-se nas cinco iniciativas sobre o novo enquadramento legal da Segurança Social, Artur Penedos sublinhou a importância da assunção de três compromissos fundamentais no âmbito do processo de reforma: «garantir os direitos que os cidadãos foram adquirindo ao longo das suas relações com o sistema; garantir que as alterações a introduzir não comprometerão os direitos das gerações



vindouras; e evitar que as alterações a introduzir possam criar obstáculos intransponíveis em futuras opções».

Numa breve referência à *performance* da governação socialista na área da Segurança Social, o deputado do GP/PS afirmou que as mudanças já introduzidas no sistema tornaram-no «mais eficaz na resposta aos problemas dos cidadãos, designadamente aos mais desfavorecidos».

### Em busca do consenso...

Segundo Artur Penedos, o PS e o Governo pretendem «uma nova Lei de Bases da Segurança Social que vá no sentido do reforço dos mecanismos de protecção social, que garanta o direito à segurança social por parte dos cidadãos, que garanta os direitos adquiridos ou em formação, que conjugue a consagração de novas fontes de financiamento sem necessidade

de onerar os salários e, sobretudo, que resulte do mais amplo dos consensos».

«Um amplo consenso existente hoje na Sociedade Portuguesa em torno da necessidade de garantir a sustentabilidade económica e financeira da Segurança Social», frisou o deputado, salientando ainda que «esse consenso em torno deste objectivo encontra-se também espelhado nas várias iniciativas legislativas em discussão, sendo possível identificar naqueles projectos importantes áreas de convergência, em grande medida já assumidas na proposta de lei governamental».

Os aspectos coincidentes dos diplomas abre perspectivas para um «compromisso sério e equilibrado neste domínio» que, conforme garante Artur Penedos, o PS não enjeita, «antes pelo contrário, deseja».

Mas o acordo a estabelecer entre as bancadas parlamentares deverá ter em conta os dois grandes objectivos que o

Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera essenciais: o reforço das condições de eficácia dos mecanismos de protecção social e da sustentabilidade económica e financeira do sistema.

«Somos favoráveis à aprovação de uma Lei de Bases da Segurança Social que consagre os princípios gerais do modelo de financiamento, tal como o concebemos (implementação de uma crescente componente de capitação pública), e permita a aprovação de instrumentos jurídicos específicos adaptáveis às evoluções futuras», declarou Artur Penedos, explicando de seguida que as iniciativas legislativas de alguns dos partidos da oposição divergem claramente neste domínio da proposta de lei do Governo, porquanto apresentam soluções normativas que vão ou no sentido de uma aposta clara no sistema de capitalização, é o caso das iniciativas do PSD e do CDS-PP, em detrimento do sistema de repartição, ou como é o caso da iniciativa do PCP e do BE que apostam na manutenção do actual sistema de repartição.

Para o deputado do PS, estas soluções, «por mais defensáveis e respeitáveis que possam ser, não equacionam devidamente o problema da sustentabilidade económica e financeira a longo prazo do sistema de Segurança Social».

Perante cinco iniciativas legislativas coincidentes nalguns aspectos, próximas noutros e, ainda, divergentes em questões fundamentais como é o caso da sustentabilidade financeira, mantêm-se a convicção socialista de que, apesar das diferenças, há lugar para a aprovação «responsável» da nova Lei de Bases de Segurança Social.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO JORGE LACÃO

Lei da liberdade religiosa

## DECIDIR COM PRUDÊNCIA



Uma matéria tão sensível como a redefinição do quadro legal do culto religioso não deve ser encarada com precipitação, mas com prudência e sem

pressas.

Na sessão plenária da Assembleia da República da semana passada, o deputado socialista Jorge Lacão defendeu a ideia segundo a qual a revisão da Concordata celebrada entre o Estado português e a Santa Sé, há 60 anos, deve preceder à aprovação da lei da liberdade religiosa.

É que, a liberdade religiosa, segundo recordou o parlamentar do PS, já se encontra consagrada na Lei Fundamental da República, reconhecendo, porém, que

há outras dimensões desta mesma questão, nomeadamente «as que passam pela possibilidade de o Estado reconhecer o relevo social das religiões, a sua importância na formação espiritual dos crentes e, consequentemente, os direitos que em tais domínios possam estabelecer-se quanto a modalidades públicas de apoio que na prática facilitem o exercício concreto das concretas expressões de liberdade religiosa e dos respectivos cultos».

Na opinião de Jorge Lacão, a laicidade do Estado social não implica indiferença face ao fenómeno religioso, pelo contrário, o Estado pode e deve agir como ente que, sem partilhar das opções religiosas dos cidadãos, concorre para a sua viabilização, criando condições e formas de apoio compatíveis com a estrita neutralidade aos

poderes públicos democráticos.

Segundo Jorge Lacão, deve proceder-se à revisão da Concordata segundo um processo negociado entre o Estado português e a Santa Sé que decorra cordial e justamente

«É a partir daí que faz sentido promover tanto a revisão das disposições normativas actualmente em vigor, de forma parcelada, na ordem jurídica interna, quanto promover a extensão dos seus termos a um regime jurídico geral de liberdade religiosa, que efectivamente considere de forma igualitária e não discriminatória as demais confissões religiosas», disse.

Frisando convictamente que «a defesa do prestígio e da autoridade do Estado deve ser posta acima de quaisquer outras considerações», Jorge Lacão disse ser pertinente «que se averigüe se persistem

ou não na sociedade portuguesa práticas susceptíveis de revelar ainda algum plano de confusão com a indispensável neutralidade confessional do Estado ou tendentes a fomentar ou a favorecer utilizações discriminatórias das prestações de apoio concedidas pelo Estado a actividades confessionais».

Na discussão desta matéria, o parlamentar do PS considerou ainda importante organizar, de forma prévia e de modo alargado, audições públicas que permitam elaborar um relatório concludente sobre o modo como actualmente se exprimem as práticas religiosas em Portugal, travando a incompreensível pressa que faz correr muitos para a votação de uma matéria tão sensível como a liberdade religiosa, onde todo o sentido da prudência seria aconselhável».

MARY RODRIGUES

CIMEIRA UE-ÁFRICA

Jaime Gama refere

## PORTUGAL CUMPRIU DEVER AO PROPOR A CIMEIRA

O ministro dos Negócios Estrangeiros português, Jaime Gama, afirmou no dia 3 que Portugal cumpriu o seu dever ao propor a realização da cimeira África-Europa, no Cairo, designando-a «uma iniciativa que faltava».

Jaime Gama falava depois da reunião ministerial conjunta euro-africana ter ultrapassado as últimas divergências sobre os dois documentos finais da cimeira.

Gama justificou a ideia que ele próprio lançou, em 1996, durante uma visita oficial a Angola, sem esconder um ponto de orgulho pelo sentimento de «missão cumprida».

«Contribuímos para dar à Europa uma plataforma de relação com África moderna e absolutamente essencial, à semelhança do que se faz com a Ásia, países do Golfo e América Latina», disse o ministro.

Acrescentou que do lado africano, sai reforçado «o sentido de unidade do continente», pressuposto no quadro de relacionamento global com os países da União Europeia (UE).



Para Jaime Gama, a Europa tinha «matrizes ultrapassadas nas relações com África, com alguns países sem relação nenhuma e outros com modelos muito desgastados pelo tempo», tornando imprescindível a adopção de um posicionamento europeu em relação ao conjunto dos países africanos.

«De certa forma, com esta nova atitude, colocámos as relações euro-africanas na agenda da modernidade, assumindo todas as consequências da Europa já não ser

apenas uma união económica e monetária, mas também política, com uma política externa de segurança comum», acrescentou.

Sobre os quatro anos que mediarão o lançamento da ideia da cimeira e a sua concretização, o governante refere que houve «duas frentes de trabalho duro».

«Primeira, a obtenção de um consenso entre os europeus, porque a política é inovadora e choca com alguns interesses estabelecidos», disse Jaime Gama.

### Viragem histórica

«Em segundo lugar - prosseguiu - um trabalho duro na relação com África, por se tratar de um continente com muitos países e relativamente ao qual subsistiam na respectiva agenda pontos nunca discutidos e de alguma conflitualidade».

De acordo com o chefe da diplomacia portuguesa, só através de «um trabalho muito rigoroso foi possível limar todas as arestas de uma declaração conjunta e de um programa de acção, que marcam uma

viragem na história dos dois continentes». «Portugal teve um empenhamento especial na concretização da cimeira, que tardou a consolidar-se, e também na materialização do programa de parceria estratégica euro-africana», insistiu o ministro português, considerando que o facto de o encontro se realizar durante a presidência portuguesa da UE reforça o carácter modernizador de Portugal, relativamente à agenda económica e social da Europa, alcançado no Conselho Europeu de Lisboa.

Quanto ao diálogo mantido entre os Quinze e África para chegar ao entendimento, Jaime Gama admite que houve cedências de parte a parte.

«Para haver diálogo é preciso haver cedências e foi isso que aconteceu para tornar possível o consenso», afirmou, considerando que também ajudou o facto de os africanos verem «que estavam a negociar com uma entidade credível, sem propósitos colaterais à agenda, tendo os europeus correspondido a um nível adequado a uma grande percentagem das suas preocupações e desejos».

CIMEIRA UE-ÁFRICA

Guterres afirma

## CIMEIRA CULMINA QUATRO ANOS DE LUTA DE PORTUGAL

O primeiro-ministro português, António Guterres, manifestou-se satisfeito com o facto de Portugal ter conseguido, após «quatro anos de luta», a realização da Cimeira África-Europa, que reuniu segunda e terça-feira no Cairo, cerca de 60 chefes de Estado e de Governo dos dois continentes.

Em declarações feitas a jornalistas portuguesas, no final de um encontro bilateral com o presidente do Sudão, Omar el-Béchir, Guterres afirmou que a cimeira tem «um valor fundamental: o de procurar ajudar a integrar África na globalização das relações internacionais».

Congratulando-se com o desfecho das intensas negociações entre ministros dos Negócios Estrangeiros e altos funcionários das duas partes, o chefe do Governo português destacou o êxito obtido, sublinhando que os «pontos essenciais» acordados permitem ligar «duas realidades que são muito importantes».

### Princípios democráticos e defesa da paz

Por um lado, «a clareza na definição dos princípios democráticos e a defesa da paz, dos direitos humanos, incluindo a liberdade de imprensa, e do Estado de Direito» e, por

outro, a «compreensão» de que é necessário algo mais, referiu.

Para subsistir, para não perecer, disse, a democracia «tem que distribuir um dividendo democrático, só possível com desenvolvimento económico».

Desenvolvimento que África só terá se obtiver, «no contexto das relações internacionais, maior apoio da Europa» em matérias relacionadas com a dívida externa dos países mais pobres, com a ajuda pública ao desenvolvimento e com a garantia de acesso dos seus produtos aos mercados do mundo desenvolvidos, entre outras.

Guterres manifestou ainda satisfação pela garantia de continuidade do diálogo no futuro, nomeadamente pela marcação de novo encontro dentro de três anos.

### Dividendo democrático

Não se trata de uma «realização isolada, mas apenas do início de um processo que temos muito orgulho de ter lançado», disse, referindo-se à Cimeira do Cairo, que resulta de uma ideia avançada por Portugal em 1996.

Em nome dos Quinze Guterres discursou na abertura dos trabalhos da cimeira, retomando o conceito de «dividendo democrático», um tema caro ao chefe do

Governo português, que defende «a necessidade dos povos que vivem em democracia ganharem alguma coisa» com esse sistema.

António Guterres abordou igualmente a

temática da «boa governação», utilizando a terminologia inglesa «good governance», que considera mais abrangente e que bem pode ser uma forma elegante de se referir ao problema da corrupção.

PE

Lisboa

## GUTERRES EM REUNIÃO DO GRUPO DO PSE

Termina amanhã, em Lisboa, uma série de «reuniões de grupo» e de «reuniões de trabalho» do Grupo do Partido Socialista Europeu (PSE) que se iniciara na segunda-feira, dia 4.

Na reunião de ontem, quarta-feira, participou o camarada António Guterres, primeiro-ministro português e presidente em exercício da União Europeia.

A intervenção do camarada Guterres foi apenas dirigida aos deputados do Grupo Parlamentar.

Do programa do encontro promovido pelo Grupo do PSE conta também a realização de duas mesas-redondas, que versarão

sobre os temas da «carta Europeia dos Direitos Fundamentais» e do «Crescimento e Emprego».

Os debates, moderados pelos jornalistas Teresa de Sousa e Paulo Ferreira, contarão com a presença de Francisco Seixas da Costa, Ferro Rodrigues, Mariano Gago, Maria de Lurdes Pintasilgo, entre outras personalidades.

Hoje, dia 6, realiza-se uma conferência de Imprensa na qual participam o presidente do Grupo do PSE, Enrique Barón Crespo, e António José Seguro, presidente da delegação dos socialistas portugueses no PE.

## DECLARAÇÃO FINAL ABRANGENTE COM DÍVIDA EM TEMA CENTRAL

**O**s chefes de Estado e de Governo de África e da União Europeia (UE) assinaram na terça-feira uma declaração final abrangente, que inclui tanto temas económicos como políticos e ligados ao desenvolvimento, encerrando uma cimeira que conduziu a medidas concretas praticamente no capítulo da dívida externa africana.

Apesar de sempre ter afirmado que o encontro do Cairo não seria um fórum para a tomada de decisões e que o que estava em preparação era não uma cimeira «para caridade» (pledging conference), o endividamento dos países africanos acabou por assumir o papel de tema central.

As questões políticas, que constituíram um dos temas do segundo e último dia da cimeira, discutiram-se sobretudo nos contactos mais ou menos informais realizados a nível bilateral e à margem dos trabalhos entre os líderes dos dois continentes.

Segundo o texto da declaração final, intitulado Declaração do Cairo, as partes reconhecem que para atingir a estabilidade política, a paz e a segurança a região mais

pobre do mundo precisa, além da integração regional, de participar na economia mundial. No capítulo do comércio, regista-se o «progressivo declínio da quota africana na economia mundial», recomendando-se aos países do continente que considerem a entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), que na próxima ronda de negociações multilaterais deverá ter em conta os «constrangimentos específicos» dos países em desenvolvimento.

Nestes casos, defende-se, a OMC deverá permitir uma «integração gradual» na economia mundial.

Relativamente à dívida externa da África, que subiu cerca de 12 por cento por ano de 1980 até hoje, de 110 mil milhões para aproximadamente 350 mil milhões de dólares, a declaração refere que ela fez com que o continente sofresse um acentuado recuo na confiança dos investidores, que por sua vez teve um impacte negativo no crescimento económico, no desenvolvimento sustentado e na erradicação da pobreza.

No texto final não são referidas as medidas concretas tomadas por três países

participantes - Alemanha, França e Marrocos -, a que se deverá juntar a Itália, para perdão ou redução da dívida dos países mais endividados da África.

### Instituir a boa governação

Como contrapartida às medidas tomadas pelos Estados credores, os países devedores deverão implementar reformas económicas, «instituir a boa governação» e comprometer-se a aplicar o dinheiro poupado em programas destinados a combater a pobreza.

Um dos objectivos apontados pelos chefes de Estado e de governo reunidos no Cairo é a redução, para metade, da pobreza na África até 2015.

Sobre direitos humanos, democratização e protecção das liberdades fundamentais os dirigentes dos Quinze e da África declaram que estão interligados e que deles depende também o desenvolvimento dos seus países.

Como pré-requisitos para um desenvolvimento a nível económico são apontadas igualmente a paz, a segurança e a justiça.

Tal como havia sido anunciado, os conflitos armados na África merecem apenas uma referência puramente enumerativa, de onde se destaca o caso angolano e o do Sara Ocidental, este último ligado aos problemas que antecederam a cimeira, e mesmo à confirmação da sua realização.

Entre os obstáculos à concretização do projecto de reunir os mais altos dirigentes políticos dos dois continentes contou-se a recusa de Marrocos em participar devido ao facto de não querer fazê-lo enquanto membro da OUA, de onde se retirou em 1984 devido precisamente à entrada na organização pan-africana da autoproclamada República Árabe Saaraui Democrática (RASD), dirigida pelos independentistas saaraus.

Da cimeira saiu também uma medida concreta ligada aos bens culturais africanos roubados e levados ilegalmente para a Europa.

A semelhança do que aconteceu com a dívida externa, decidiu-se criar um grupo bi-regional de altos funcionários para estudar o problema (a levar posteriormente a uma reunião ministerial), ou seja, para analisar a sua eventual devolução aos países de origem.

## GORBATCHOV E A MUDANÇA

No dia 4 de Abril o jornal «Público» proporcionou a conferência do Presidente Gorbatchov na Gulbenkian, tendo o evento reunido personalidades dos principais partidos, incluindo o próprio Louçã, do Bloco de Esquerda. A sala estava cheia e todos queríamos confirmar o rumo da História. Esta conferência fez-me pensar várias coisas, nomeadamente:

- Portugal conseguiu, sem grandes dramas, fazer uma mudança, que conduziu à democracia e à liberdade. Era este o grande desejo de Gorbatchov, mas é muito difícil mudar um país com dezenas de línguas e uma grande superfície, que incluía um grande número de repúblicas;

- O Presidente Gorbatchov, com o seu lado de grande humanista, considerou o Papa João Paulo II o grande socialista da actualidade (falou dos pobres, doentes, desempregados, e perseguidos). Neste contexto, entendo que o socialismo inspirado nalguns princípios cristãos de matriz progressista, que faz parte dos valores de muitos dos nossos políticos, é digno de ser objecto de análise;

- Gorbatchov sente-se todos os dias culpado por aquilo que tem acontecido na Rússia, após a sua demissão. Enquanto a mudança lenta conduziria à morte lenta do sistema, uma mudança profunda, apesar de tudo, transformou a sociedade. Faz sentido afirmar que estamos perante um herói, que sofre e não conseguiu controlar

o processo até à meta desejada;

- A Rússia produz actualmente metade do que produzia; Portugal, ao contrário da Rússia, dispõe de estabilidade no contexto da União Europeia e pode ambicionar patamares de competitividade, que a ex-União Soviética perdeu desde os tempos da Guerra-Fria;

- Gorbatchov, referindo-se a teorias, disse que conhecia muitas, mas a realidade impõe-se. A guerra não é solução, como ele sublinha, sendo desejável negociar. Portugal, que também teve colónias, quer a paz; ele próprio salientou a retirada das tropas do Afeganistão;

- António Barreto tratou Gorbatchov com o maior respeito. Não era para menos. Livrou-nos da ameaça de uma Guerra Nuclear e do absurdo da disputa ideológica, sem fim, entre «capitalismo» e «comunismo»;

- Pareceu-me que Gorbatchov enfrentou, com coragem, um sistema desumano, mas os vários intervenientes forçaram o curso dos acontecimentos de acordo com uma determinada correlação de forças; torna-se agora necessário conceder ao cidadão a dignidade e cidadania, que se impõem (se as nossas reformas são baixas, na Rússia são baixíssimas);

- Desejo ao Presidente Gorbatchov vida longa, para que possa continuar a levar a sua mensagem a todos os países que sofrem e precisam de coragem para mudar.

MANUEL BRAZINHA FIRMINO

## Quinze saúdam moratória das Filipinas sobre execuções penas capitais

A União Europeia (UE) saudou a moratória sobre as execuções de penas capitais nas Filipinas e defende que a decisão seja prorrogada após o final do ano, indicou a presidência portuguesa num comunicado.

«A abolição da pena de morte constitui um passo significativo para a valorização da dignidade humana e do desenvolvimento progressivo dos Direitos do Homem», indica a UE.

Recorde-se que o presidente filipino, Joseph Estrada, ordenou sexta-feira passada uma moratória até ao final do ano sobre as execuções das penas de morte para respeitar um pedido da Igreja Católica.

A União Europeia reitera o seu objectivo «de trabalhar no sentido de abolição universal da pena capital ou, pelo menos, no da introdução de uma moratória sobre as execuções, como primeiro passo para a consecução deste objectivo».

Os países da Europa Central e de Leste associados à União Europeia, os países associados Chipre e Malta e os países da EFTA, membros do Espaço Económico Europeu, concordam com esta declaração, sublinha o comunicado.

Reuniões de âmbito europeu organizadas ou patrocinadas pela Presidência portuguesa

### Colóquio internacional As Bibliotecas Nacionais no Século XXI Informação e Conhecimento

6-7 de Abril, Biblioteca Nacional - Lisboa  
Entidade organizadora Biblioteca Nacional

O Colóquio debruça-se sobre a problemática específica das bibliotecas nacionais, abordando questões como os desafios concretos da Sociedade da Informação, os direitos de autor e conexos, papel na educação, novas tecnologias e estratégias de preservação e divulgação, entre outros tópicos.

TOXICODPENDÊNCIA **Reinserção**

## SAMPAIO DEFENDE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS À REPRESSÃO

**A** sociedade tem de se mobilizar para criar alternativas de reinserção para os toxicodpendentes porque a «prisão clássica» não é uma solução, defendeu o Presidente da República, no dia 30, em Lisboa.

«A prisão clássica não é solução para os toxicodpendentes porque estes têm tendência a voltar a consumir mesmo que tenham passado quatro ou cinco anos da sua juventude em estabelecimentos prisionais», salientou Jorge Sampaio, que falava à Imprensa, quinta-feira, depois de ter visitado o Centro de Atendimento de Toxicodpendentes (CAT) de Xabregas. Na visita ao CAT de Xabregas, Sampaio, além de ter assistido à apresentação da actividade do CAT pelo coordenador deste, visitou os doentes internados e manteve uma breve conversa com um utente em tratamento ambulatório. Na apresentação da actividade, o coordenador do CAT de Xabregas referiu, entre outros números, que dos 353 novos utentes do centro em 1999, cerca de 20 por cento tinham estado, em média, 44 meses em estabelecimentos prisionais. «Com base neste dado impressionante, pode concluir-se que o cumprimento da pena por consumo de droga não evita a



repetição», sublinhou Jorge Sampaio. O chefe de Estado também se afirmou «impressionado» com a idade média dos utentes do CAT de Xabregas, que em 1999 foi de 25,4 anos. «A droga, além de transnacional e multidisciplinar, é um problema que só pode ser resolvido com a mobilização de

toda a sociedade portuguesa», sustentou o Presidente.

Em relação ao diálogo que manteve com o utente do CAT de Xabregas em tratamento ambulatório, Sampaio salientou o problema da reinserção social dos toxicodpendentes e da ansia que estes demonstram de ter uma «vida normal».

Na conversa que manteve com Jorge Sampaio, o utente do CAT de Xabregas em tratamento ambulatório, de 51 anos, afirmou que se sentia «muito melhor a tomar metadona».

«A metadona é muito melhor que a droga», defendeu o utente, adiantando que desde que iniciou o tratamento, há quatro anos, se sente «normal e livre».

«Agora o problema é encontrar uma ocupação porque sem esta não posso largar a metadona», sustentou o utente. Apesar das dificuldades de encontrar uma ocupação - uma das condições para poder deixar de tomar a metadona -, que o utente atribuiu à «sua avançada idade (51 anos)», este mostrou-se «esperançado em dias melhores».

Depois do início do tratamento de substituição por metadona, que pode durar um ou mais anos, os já ex-toxicodpendentes só podem deixar a

metadona quando estão preenchidas certas condições, como a estruturação e organização do indivíduo, explicou o coordenador do CAT de Xabregas, Rodrigo Coutinho.

«Para evitar uma recaída, o tratamento por substituição de metadona só pára quando o indivíduo conseguiu estruturar-se e organizar-se», ou seja, quando estejam reunidas condições para ter «uma vida normal, incluindo um emprego ou uma ocupação», adiantou o responsável. Depois da visita ao CAT de Xabregas, o Presidente da República participou no lançamento do livro «A cooperação nas políticas sobre as drogas e as toxicodpendências».

Nesta apresentação, Jorge Sampaio defendeu que «as certezas do passado, assentes na convicção de que a repressão resolveria a prazo o tráfico e o consumo das drogas, não resistem hoje à serena análise dos resultados».

Como «chave» para uma estratégia mais ampla e consistente, quer a nível comunitário, quer na cooperação Norte-Sul apoiada pela União Europeia, Sampaio advogou pela cooperação nas políticas, não só no combate ao tráfico, mas também na troca diversa de informações e na redução da procura.

HABITAÇÃO

1998 e 1999

## OS MELHORES ANOS DE SEMPRE

O sector da habitação registou em todas as vertentes os «valores mais altos de sempre» nos últimos dois anos, segundo um relatório apresentado, no dia 31 de Março, em Lisboa, pelo Ministério do Equipamento Social.

Em 1998 e 1999, concluíram-se um total de 181 mil fogos, o que representa uma média de 90,5 mil fogos anuais, número superior em 25,5 mil fogos à média de 65 mil fogos concluídos anualmente durante a década entre 1990 e 1999.

O relatório, da responsabilidade da Secretaria de Estado da Habitação, refere que, no que respeita «ao crédito à habitação, a disparidade dos valores atingidos nos dois últimos anos da década acentua-se».

Assim, os anos de 1998 e 1999 «respondem por cerca de 45 por cento da totalidade dos contratos celebrados em todos os anos 90, isto é, mais de 450 mil contratos para o total de um milhão em toda a década, no valor de mais de nove milhões de contos».

Nos licenciamentos de obras, «os dois últimos anos ultrapassaram também os



valores já atingidos, terminando o ano de 1999 com obras em curso acima do verificado em anos anteriores». O crescimento «anómalo» verificado no sector da habitação é explicado pela «redução acentuada das taxas de juro, até ao segundo semestre de 1999», e pelas «maiores facilidades de acesso ao crédito por particulares».

Agora, «é de prever, a prazo, o crescimento gradual» do segmento da reabilitação, «com a possível revitalização do mercado de arrendamento» e «o reforço das políticas de incentivo à reabilitação».

TECNOLOGIA

Informação jurídica

## ACESSO CADA VEZ MAIS FÁCIL

Pesquisar e aceder a informação jurídica vai ser mais fácil em consequência de um projecto de investigação, apresentado sexta-feira, dia 31, em Lisboa. A iniciativa é financiada pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT).

O projecto, denominado «Acesso Selectivo em Português à Base de Pareceres do Conselho Consultivo», procurou desenvolver um sistema gestor de bases de texto adaptado à Língua Portuguesa, permitindo a sua pesquisa a partir de índices seleccionados.

Numa parceria entre a Procuradoria-Geral da República, o Departamento de Informática da Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT) da Universidade Nova de Lisboa e a empresa Heurística (Serviços de Informática) foi criada uma base de textos com os pareceres integrais da Procuradoria, com *interface Web*, o que permite a sua consulta e actualização via Internet e Intranet.

Os resultados tecnológicos deste projecto de investigação podem ser utilizados para a construção de qualquer base de texto em português, tendo como principais



destinatários a administração pública e empresas gestoras de um elevado número de documentos.

Segundo uma nota do MCT, o projecto vai contribuir também «para a divulgação e expansão do português na Internet, como é objectivo da Iniciativa Nacional para a Sociedade de Informação».

O investimento total é de 71 mil contos, 45 mil dos quais financiados pelo Programa de Investigação em Consórcio, do Praxis XXI.



## PROGRAMAÇÃO «CONTRA VELHOS DO RESTELO»

**A** Comissão Executiva (CE) da Porto 2001, SA apresentou a programação cultural «não fechada» da Capital Europeia da Cultura, com alusões à escassez de tempo e aos «velhos do Restelo».

Em conferência de Imprensa realizada no dia 29, no Planetário do Porto, a CE divulgou a proposta de programação cultural aprovada pelo Conselho de Administração (CA).

A responsável pela programação cultural na CE, Manuela de Melo, afirmou que «os dois obstáculos principais» do evento são o tempo e a «tendência atávica» para realizar o que tem de ser realizado.

Como o tempo não pode ser alterado, Manuela de Melo apelou à «auto-estima» como forma de ultrapassar o segundo obstáculo, frisando que, «contra os velhos do Restelo, os portugueses saberão construir pontes sólidas para o futuro».

A presidente da CE, Teresa Lago, reafirmou que a programação «está estabilizada, mas não fechada», realçando que «vários eventos listados estão ainda em negociação» e que «alguns poderão eventualmente cair, se a negociação se tornar difícil».

Teresa Lago disse que a abertura oficial da Capital Europeia da Cultura vai ocorrer em Janeiro de 2001, devendo a iniciativa e a data serem decididas na reunião da CE, em que serão definidos também os eventos-chave, aos quais será dada uma maior



atenção e promoção.

Sobre a Casa da Música, quer Teresa Lago quer Pedro Burmester reafirmaram que «difícilmente estará pronta em 2001», mas garantiram que continuam apostados em conseguir a sua conclusão ainda no ano da Capital Europeia da Cultura.

Teresa Lago referiu que o arquitecto Rem Koolhaas acredita que a «obra emblemática» do Porto 2001 esteja concluída em 2001, mas a CE tem «dúvidas» e não quer pôr em causa a qualidade da construção e o orçamento estabelecido.

A presidente da sociedade disse ainda que são esperados entre cinco e sete milhões

de visitantes, provenientes na sua quase totalidade de Portugal e Espanha, e que poderão deslocar-se ao Porto mais do que uma vez em 2001.

### Música reforça posição

Sobre as alterações à estrutura da sociedade tendo em vista que 38 por cento da programação será produção própria, Teresa Lago disse que, além do elemento que existe em cada área, a equipa de produção foi reforçada, tendo actualmente seis pessoas.

A restante produção é da responsabilidade

de instituições tuteladas pelo Ministério da Cultura (26 por cento), entidades externas (19 por cento) e co-produções (17 por cento).

Com o aumento do orçamento da programação de 4,9 milhões para 5,3 milhões de contos aprovado pelo CA, a música reforçou a sua posição para 25 por cento (12,8 milhões de contos), seguindo-se as áreas das artes do palco (22 por cento/1,12 milhões) e artes plásticas (19 por cento/995 mil).

O audiovisual e multimédia tem agora 520 mil contos (10 por cento), o pensamento, ciência, literatura, projectos transversais e articulação com Roterão 470 mil (nove por cento), a animação da cidade 400 mil (oito por cento) e o envolvimento da população 374 mil (sete por cento).

Apesar de o cronograma final ainda não estar definido, o *dossier* divulgado já calendariza muitos eventos em diversas áreas, com destaque para a música, que surge com datas precisas de realização de espectáculos.

Após as intervenções da CE, os programadores apresentaram sumariamente os eventos das suas áreas, repetindo quase na íntegra o que disseram recentemente perante a Comissão Parlamentar de Acompanhamento do Porto 2001.

Teresa Lago referiu que, depois desta apresentação geral, serão feitas divulgações sectoriais «mais detalhadas».

## SINAGOGA ENCHEU-SE PARA HOMENAGEAR ARISTIDES DE SOUSA MENDES

**A** Sinagoga de Lisboa encheu-se no dia 2 quase por completo para homenagear o antigo cônsul de Portugal em Bordéus Aristides de Sousa Mendes (o Schindler português), que durante a II Guerra Mundial salvou 30 mil vidas do extermínio nazi e que por isso foi alvo da perseguição do ditador Salazar («compagnon de route» de Hitler, Mussolini, Franco, Primo de Rivera).

Destaque para a presença do alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, camarada José Leitão, que numa intervenção salientou a importância de «dizer sempre não ao intolerável».

«Um acto de gratidão e de louvor» para com Sousa Mendes, mas também «contra o esquecimento», foi como o presidente da Comunidade Israelita de Lisboa, Samuel Levy, definiu a cerimónia, em que foram lembrados os seis milhões de judeus que pereceram às mãos de «carrascos nazistas».



Referindo-se a Sousa Mendes como «um grande herói» que deve servir de exemplo ao mundo, Samuel Levy sublinhou que, numa altura em que os nazis justificavam o seu procedimento com a obrigação de cumprir ordens, o cônsul português «recusava-se a cumprir ordens» e salvava vidas.

«Aristides de Sousa Mendes não salvou só 30 mil vidas (através da obtenção de

vistos), mas a descendência dessas pessoas», afirmou Samuel Levy, evocando o Talmud (textos de interpretação da Bíblia), de acordo com o qual «quem salva uma vida é como se salvasse um mundo inteiro».

Na cerimónia foi lido um salmo de David e uma oração em memória de Sousa Mendes e da esposa, Angelina, que arriscaram as próprias vidas para salvar milhares de pessoas.

Para Joseph Lustiqman, membro da comunidade, Aristides de Sousa Mendes é a prova de que o Homem pode mudar o mundo.

Frisou que a homenagem, apesar de organizada pela comunidade a que pertence, foi aberta a «toda a gente», porque Sousa Mendes salvou não só judeus, «mas também ciganos e homossexuais», merecendo a «estima de todos».

«Numa altura em que se fala tanto de Direitos Humanos e de liberdade de

expressão, torna-se necessário lembrar um homem só, que no tempo de Salazar foi capaz de um acto fantástico», sublinhou. A opinião foi secundada pelo alto-comissário para a Imigração e as Minorias Étnicas, José Leitão, que numa breve intervenção na Sinagoga defendeu a importância de «dizer sempre não ao intolerável», por mais difíceis que sejam as circunstâncias.

### Perseguido por Salazar

Aristides de Sousa Mendes morreu em 1959, «na miséria e certamente com o coração despedaçado por nunca lhe terem feito justiça», referiu o presidente da Comunidade Israelita de Lisboa.

Samuel Levy recordou que só em 1989, «passados mais de 20 anos sobre a morte de Salazar e 15 sobre a instauração da democracia», o nome de Sousa Mendes foi integrado no Corpo Diplomático com a categoria de embaixador.

JUVENTUDE

Governo promete

## MAIS POUSADAS NOS PRÓXIMOS ANOS

**N**os próximos quatro anos o Executivo socialista pretende «fechar a malha» das instalações de turismo juvenil no País. A garantia foi dada pelo ministro adjunto do primeiro-ministro, Armando Vara, na terça-feira, dia 4, em Beja.

Vara, acompanhado do secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, deu aquela garantia durante a inauguração da nova delegação do Instituto Português da Juventude (IPJ) e da Pousada da Juventude local.

Na ocasião, o ministro congratulou-se pela abertura do duplo equipamento naquela cidade, orçado em cerca de 700 mil contos (3,5 milhões de euros), e afirmou que até ao final da legislatura deverão surgir oito novas Pousadas para albergar jovens em todo o País.

«Com este novo Quadro Comunitário de Apoio temos condições para construir as estruturas que faltam para fechar a malha do turismo juvenil», disse, realçando que desde 1995 entraram já em funcionamento «dez novas Pousadas da Juventude».

No Alentejo, nos últimos dois anos, foram abertas duas (uma no concelho de Beja e outra no de Odemira), tendo Armando Vara referido que, «até ao final de 2000, deverão iniciar-se as obras para a construção de uma Pousada em Portalegre».

Segundo referiu o governante, estes são equipamentos «essenciais para que em todo o País os jovens tenham onde se instalar com condições de conforto, comodidade e a baixíssimos preços», contribuindo para um intercâmbio «que possa desenvolver cada cidade e cada



região». A criação destas pousadas no interior do País foi também apontada pelo ministro como «indispensável», dada a falta de oferta de actividades e alojamento para os jovens e como um passo para «eliminar o fosso que separa Portugal da União Europeia» neste sector. Esse mesmo combate às assimetrias foi frisado pelo secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, que defendeu

também que os espaços de convívio para os mais novos poderão ajudar a fixá-los nas suas próprias regiões ou mesmo levá-los para o interior.

«Este duplo equipamento significa a possibilidade que os jovens do distrito têm de desenvolver um conjunto de actividades, ajudando a que se sintam bem na sua região, e de outros, provenientes de várias zonas do País, visitarem o Alentejo e poderem mesmo equacionar

nos seus planos de vida a sua fixação» na região, disse.

O turismo juvenil é, na opinião de Miguel Fontes, «uma forma de incentivar a mobilidade e o conhecimento das oportunidades que o País oferece», sendo importante que o interior conte com equipamentos destinados a essa faixa etária.

«Não queremos um País a duas velocidades e por isso é importante que os jovens no Alentejo sintam que têm as mesmas oportunidades dos que vivem nos grandes centros urbanos», acrescentou. Para atingir esse fim, a delegação de Beja do IPJ vai ainda incluir futuramente um «Cyber Centro».

«Aí os jovens poderão ter formação em informática e navegar na Internet», explicou Miguel Fontes, realçando ser essa «uma forma de tirar proveito das novas tecnologias para combater antigas assimetrias».

O novo edifício do IPJ de Beja alberga a delegação daqueles serviços, a Fundação para a Divulgação das Tecnologias da Informação (FDTI) e a Pousada da Juventude.

O equipamento oferece aos jovens valências distribuídas por vários sectores: informativos (acesso a programas, orientação vocacional e profissional, biblioteca e videoteca) e formativos (Inforjovem, Galileu e Agir).

A Pousada da Juventude possui 43 camas, distribuídas por cinco quartos duplos e oito múltiplos (camaratas), disponibilizando ainda aos jovens salas de convívio, cozinha e lavandaria.

LISBOA

Alto-comissário promove

## MESA-REDONDAS «CONTRA O RACISMO»

**N**uma iniciativa do alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, camarada José Leitão, realizam-se nos dias 10 e 11 de Abril, no Hotel Altis, em Lisboa, mesas-redondas subordinadas ao tema «Contra o Racismo», no quadro do Observatório Europeu Contra o Racismo. No primeiro dia de trabalhos, na sessão de abertura, haverá intervenções de Pedro Bancelar Vasconcelos, José Leitão, Maria de Belém Roseira e Alberto Avelino.

Paulo Marrecas Ferreira será o relator do «workshop» sobre «A protecção jurídica em Portugal e na Europa: os avanços da legislação antidiscriminação», que contará com as intervenções de Luís Nunes de



Almeida, Ana Luísa Ruiquito e Eduardo Maia Costa.

«Como avaliar o racismo» será o segundo «workshop», que terá como relatora Maria Engrácia Leandro e Carlos Silva, Jorge Vaia e Alcestina Tolentino como oradores. No segundo dia de trabalhos, o terceiro «workshop» «Os media e o racismo», presidido por João Isidro, terá como oradores Diana Andringa, Edson Athaide, Bruno Gonçalves e Rogério Roque Amaro. Seguir-se-á a apresentação das conclusões gerais dos «workshops» e depois a sessão de encerramento, com intervenções de José Leitão e Beate Winkler, directora do Observatório Europeu para o Racismo e a Xenofobia.



## Abrantes

### Música do Milénio 2000

A Câmara Municipal de Abrantes continua a apostar na divulgação da boa música erudita. Assim, a autarquia continua a promover, em conjunto com a empresa Prime Time, a iniciativa «Música do Milénio 2000».



Tendo como notas dominantes a excelência dos intervenientes, a iniciativa «Música do Milénio 2000» teve em Março três espectáculos de grande qualidade: no dia 18, Ana Leonor Pereira e Francisco Sasseti apresentaram um recital de canto e piano; no dia 25, teve lugar um concerto pela Symphonie Portucalensis Music (Ensemble de música barroca); e no dia 26, realizou-se um espectáculo com o jazz do Carlos Barreto Trio.

## Albufeira

### Exposição na Galeria Samora Barros

A Câmara Municipal de Albufeira inaugurou no dia 31 de Março, na Galeria de Arte Pintor Samora Barros, a exposição «O azulejo, um olhar contemporâneo», de Jerónimo Francis Gay.



A mostra vai estar patente ao público até ao dia 14 de Abril, excepto domingos e feriados.

Jerónimo Francis Gay usa técnicas tradicionais e cores naturais do Algarve. O seu trabalho tem sido exibido internacionalmente, onde te obteve vários prémios.

## Cascais

### 450 crianças participam no programa «Jogar e Crescer em Cascais»

O município de Cascais vai possibilitar a cerca de 450 crianças de escolas do concelho, com idades compreendidas entre os oito e os 11 anos, o acesso a aulas de natação, através da entrega de um subsídio no valor de 4800 contos à Associação dos Bombeiros Voluntários dos Estoris para o desenvolvimento do programa «Jogar e Crescer em Cascais».



O programa «Jogar e Crescer em Cascais» é uma iniciativa da Câmara de Cascais que tem por objectivo o desenvolvimento de actividades desportivas regulares por parte da população mais jovem, onde são comparticipadas as despesas com o transporte, a disponibilização da piscina e o pagamento da mensalidade das crianças de famílias carenciadas.

## Fafe

### Câmara atribui subsídios a 11 instituições de solidariedade

A Câmara Municipal de Fafe aprovou uma proposta do seu presidente no sentido de serem atribuídos subsídios a 11 instituições de carácter social, saúde e protecção civil do concelho, num valor total de 11.850 contos.



Recorde-se que muitas destas instituições, apesar da relevância da sua actividade na área social, sem o apoio do município não conseguiria sobreviver, por não terem condições de suportar os encargos mínimos

de funcionamento.

A instituição a que é atribuída a maior verba é a Associação Cultural e Recreativa de Fornelos, para apoio ao Lar de Idosos inaugurado no final do ano passado.

## Santo Tirso

### Autarquia leva seis mil crianças ao teatro

À semelhança de anos anteriores, a Câmara de Santo Tirso acaba de celebrar um novo contrato com a companhia Novo Teatro Construção, para a realização de 45 espectáculos da peça intitulada «Eu poluo, tu limpas, vós poluis, nós limpamos», destinada aos alunos das escolas do 1º ciclo do ensino básico e pré-escolar do município de Santo Tirso.



A peça – cuja temática central é o meio ambiente, do qual dependemos e que é preciso conhecer, fazer por merecer e preservar a todo o custo – vai contemplar cerca de seis mil alunos (para os quais a autarquia disponibiliza também o transporte) dos 94 estabelecimentos de ensino públicos e privados existentes no concelho. A peça vai ser levada à cena à média de quatro espectáculos por dia em vários locais.

## Sintra

### Arte floral japonesa

O Espaço Cultural Casal de São Domingos inaugurou no passado dia 30 de Março uma exposição intitulada «Ikebana – arte floral japonesa».



A mostra, da responsabilidade da Academia de Arte e Cultura Mokiti Okada, estará patente ao público até ao dia 19 de Abril.

Entretanto, a Galeria Municipal de Fitares

inaugurou no passado dia 31 de Março duas exposições colectivas de pintura.

No 1º piso, intitulada «Os Amigos da Peta», estarão em exposição obras de 31 artistas, enquanto no 2º piso, a colectiva é da autoria de Gita, José Grazina, Júlio Mira e Maria José Meneses.

## Vila Franca de Xira

### Plano de combate à toxicod dependência

Uma experiência inédita na área da toxicod dependência nasceu em Vila Franca de Xira, para dar formação específica aos médicos de família e aproximar os doentes aos serviços do Centro de Apoio aos Toxicod dependentes de Xabregas.

O protocolo do Plano Integrado de Prevenção da Toxicod dependência no Concelho de Vila Franca de Xira, assim se designa a iniciativa, foi assinado pelo secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Vitalino Canas, e pela presidente da Câmara Municipal, Maria da Luz Rosinha.

No protocolo, que assegura a primeira fase do Plano Concelhio de Intervenção na Área das Toxicod dependências em Vila Franca, fica estabelecida a base do trabalho a desenvolver durante o próximo ano.

A principal novidade do plano é o papel activo que os médicos de família vão passar a desempenhar em toda a área do tratamento de toxicod dependentes. Para tal, está prevista formação específica para os médicos e a prestação de apoio que necessitam no tratamento ambulatório dos doentes.

A articulação do Plano será feita por três equipas multidisciplinares, as Equipas Integradas de Intervenção, preferencialmente constituídas por técnicos de saúde, psicólogos, técnicos de serviço social e animadores sociais.

Forte da Casa, Vila Franca de Xira e Alverca deverão ser as freguesias do concelho escolhidas para as acolher.

Está ainda prevista a constituição de Núcleos Integrados de Prevenção, em princípio sete, que ficarão associados aos Núcleos Locais de Tratamento.

Estes núcleos estarão especialmente vocacionados para o atendimento de jovens e famílias, que mediante a marcação de uma consulta podem aí encontrar informações relacionadas com a toxicod dependência, a adolescência e a juventude. As famílias em risco poderão também receber acompanhamento psicológico e social.

Por outro lado, os Núcleos Integrados de Prevenção, vão ainda desenvolver trabalho de rua.

Por último, o protocolo prevê a criação de Núcleos Locais de Tratamento que ficarão sediados junto de cada um dos centros de saúde do concelho.

Para a concretização do Plano Integrado de Prevenção da Toxicod dependência no Concelho de Vila Franca de Xira o Projecto Vida participará com 60 mil contos (300 mil euros).

Caso a primeira fase do Plano seja concluída com êxito, este esquema poderá ser alargado a todo o País.

# REGULAMENTO ELEITORAL DOS CONGRESSOS DAS FEDERAÇÕES

## CAPITULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

### Artigo 1º

#### Do Congresso da Federação

O Congresso da Federação é órgão de apreciação política do PS na área geográfica abrangida, competindo-lhe, por um lado, debater programas ou moções de orientação política e questões políticas de âmbito distrital ou regional, gerais ou sectoriais, e, por outro lado, eleger a Comissão Política da Federação, a Comissão Federativa de Jurisdição e a Comissão Federativa de Fiscalização Económica e Financeira.

### Artigo 2º

#### Comissão Organizadora do Congresso (C.O.C.)

1. Até 60 dias antes da data prevista para a realização do Congresso da Federação, a Comissão Política da Federação elege, sob proposta do Secretariado da Federação, a Comissão Organizadora do Congresso (COC).

2. A COC será composta por um número ímpar de cinco a nove militantes.

3. Compete à COC:

- assegurar a regularidade de todo o processo organizativo do Congresso;
- elaborar o regimento do Congresso da Federação, a distribuir por todos os delegados antes do início dos trabalhos do Congresso da federação.

- proceder à recepção de moções, textos de orientação e outros documentos que devam ser apresentados ao Congresso da Federação;
- determinar o local da realização do Congresso da Federação;

4. As deliberações da COC serão tomadas por maioria simples.

### Artigo 3º

#### Composição do congresso da federação

1. O Congresso da Federação é constituído nos termos do artigo 48º dos Estatutos do Partido Socialista.

2. Os delegados eleitos pelas secções de residência e de acção sectorial serão designados em Assembleia Eleitoral, nos termos do presente regulamento.

### Artigo 4º (Capacidade eleitoral)

1. Só poderão participar na Assembleia Eleitoral os militantes inscritos até seis meses antes da mesma, que constem do recenseamento actualizado, enviado extraordinariamente pelo Secretariado Nacional de Organização e que tenham regularizado o respectivo pagamento de quotas.

2. Os militantes das secções de acção sectorial que optem pelo exercício da sua capacidade eleitoral nas secções de residência devem comunicar tal opção por escrito ao Secretariado Nacional até 15 dias após a divulgação do recenseamento actualizado.

3. Só poderão ser eleitos delegados ao Congresso da Federação os militantes inscritos até dezoito meses antes da Assembleia Eleitoral.

### Artigo 5º

#### Da eleição dos delegados ao Congresso da Federação

1. A Assembleia Eleitoral do Congresso da Federação decorrerá em tantas mesas de voto como o número de secções de residência e sectoriais.

2. Os delegados eleitos ao Congresso da Federação, em número a definir pela COC, são eleitos através do sistema de representação proporcional pelo método da média mais alta de Hondt, devendo os candidatos considerar-se ordenados segundo a sequência constante da respectiva lista.

3. Os delegados por inerência ao Congresso da Federação e com direito a voto não podem exceder um terço do número total de delegados eleitos.

4. Cada delegado ao Congresso da Federação só pode ser proponente de uma lista para cada órgão federativo e ser candidato numa única lista.

5. Compete à mesa da Assembleia Geral de cada secção, ou na sua ausência em quem a Comissão Política Concelhia designar, orientar os trabalhos eleitorais e, em especial, proceder à contagem dos votos, bem como a elaboração da acta.

### Artigo 6º

#### Apresentação de listas

1. As listas de candidatos a delegados ao

Congresso da Federação deverão ser entregues à COC até ao 15º dia anterior ao acto eleitoral.

2. De cada lista de candidatos a delegados ao Congresso da Federação deverão fazer parte um número de suplentes não superior ao dos efectivos.

3. As listas de candidatos deverão ser acompanhadas do respectivo programa ou moções de orientação política, bem como das declarações de aceitação dos candidatos.

## CAPITULO II ASSEMBLEIA ELEITORAL

### Artigo 7º Convocatória

1. A Assembleia Eleitoral é convocada simultaneamente com a Assembleia Eleitoral que procede à eleição do Presidente da Federação.

2. A Assembleia Eleitoral é convocada pela Comissão Política da Federação, mediante aviso enviado a todos os inscritos até 8 dias antes da data marcada para a Assembleia Eleitoral.

3. Do aviso constará, obrigatoriamente, a Ordem de Trabalhos, tendo como ponto a "Eleição dos Delegados ao Congresso da Federação", bem como o período de funcionamento da Assembleia Eleitoral.

4. A Assembleia Eleitoral deverá realizar-se em dois dias seguidos determinar pela Comissão Política da Federação, com um funcionamento mínimo de quatro horas seguidas.

### Artigo 8º

#### Acta da Assembleia Eleitoral

1. Da Assembleia Eleitoral será lavrada acta da qual deverão constar todos os elementos relevantes da Assembleia Eleitoral e nomeadamente:

- relação nominal das listas de candidatos e respectivas moções;
- número de votos entrados na urnas;
- resultados finais da votação;
- identificação dos delegados eleitos;
- lista nominal dos votantes;

2. Da acta deverá ser afixada no local da Assembleia Eleitoral, uma cópia, sendo o original enviado de imediato para a COC.

3. Das deliberações da Assembleia Eleitoral cabe recurso para a COC.

4. O prazo para recurso das deliberações

da Assembleia Eleitoral é de 48 horas, a contar da afixação da acta.

### Artigo 9º Número de delegados

O número de delegados a eleger por cada secção, determinado nos termos do n.º 2 do artigo 5º do presente regulamento, será proporcional ao número de militantes inscritos em cada secção e constantes do recenseamento actualizado, enviado nos termos do n.º 5 do artigo 7º dos Estatutos.

### Artigo 10º

#### Candidaturas aos órgãos da Federação

As listas de candidatos aos órgãos da Federação, com excepção das candidaturas a presidente da Federação, deverão ser apresentadas no Congresso da Federação, no prazo e nos termos do Regimento, e subscritas pelo número de delegados exigido estatutariamente, de acordo com o n.º 3 do artigo 46º.

## CAPITULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

### Artigo 11º

#### Interpretação e integração

A interpretação e a integração de lacunas deste regulamento cabem à COC de cada Federação, tendo em conta o estabelecido nos Estatutos do Partido.

### Artigo 12º

#### Reclamação

Do recenseamento actualizado, elaborado nos termos do n.º 5 do artigo 7º, dos Estatutos cabe reclamação, no prazo de uma semana, a qual deve ser decidida, no prazo de 3 dias, pelo Secretariado Nacional.

### Artigo 13º

#### Recurso

1. Das deliberações da COC cabe recurso, a interpor no prazo de 48 horas, para a Comissão Federativa de Jurisdição, a qual deve ser decidida no prazo de 3 dias.

2. Das deliberações da Comissão Federativa de Jurisdição cabe recurso para a Comissão Nacional de Jurisdição, a interpor no prazo de 48 horas, a qual deve ser decidida no prazo de 3 dias.



# REGULAMENTO PARA A ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO

## CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

### Artigo 1º Do presidente da Federação

O Presidente da Federação coordena e assegura a orientação política do Partido na área da Federação e vela pela aplicação das deliberações dos órgãos federativos.

### Artigo 2º Comissão Organizadora do Congresso (C.O.C.)

1. Até 60 dias antes da data prevista para a realização do Congresso da Federação, a Comissão Política da Federação elege, sob proposta do Secretariado da Federação, a Comissão Organizadora do Congresso (COC).

2. A COC será composta por um número ímpar de cinco a nove militantes.

3. Para além do estabelecido no Regulamento dos Congressos Federativos, compete à COC a preparação e organização do processo eleitoral do Presidente da Federação.

### Artigo 3º (Capacidade Eleitoral)

1. Só poderão participar na Assembleia Eleitoral os militantes inscritos até seis meses antes da mesma, que constem do recenseamento actualizado, enviado nos termos do n.º 5 do artigo 7º dos Estatutos e que tenham regularizado o respectivo pagamento de quotas.

2. Os militantes das secções sectoriais que optem pelo exercício da sua capacidade eleitoral nas secções de residência devem comunicar tal opção por escrito ao Secretariado Nacional até 15 dias após a divulgação do recenseamento actualizado.

3. Só poderão candidatar-se ao cargo de

Presidente da Federação os militantes inscritos até dezoito meses antes da Assembleia Eleitoral.

### Artigo 4º Da eleição do presidente da Federação

1. A assembleia eleitoral do presidente da Federação decorrerá em tantas mesas de voto como o número de secções de residência e sectoriais, em simultâneo com a eleição dos delegados ao Congresso.

2. O presidente da Federação será eleito por escrutínio secreto e pelo sistema maioritário, considerando-se eleito o candidato que obtenha a maioria absoluta dos votos dos militantes da área geográfica abrangida que reúnem as condições do n.º 1 do artigo 3º do presente regulamento.

3. Quando não se verifique na primeira volta a maioria referida no número anterior, realizar-se-á uma segunda volta entre os dois candidatos mais votados, sendo então eleito o candidato que obtiver a maioria simples dos votos expressos.

4. Compete à Mesa da Assembleia Geral da secção, ou na sua ausência em quem a Comissão Política Concelhia designar, orientar os trabalhos eleitorais e, em especial, proceder à contagem dos votos, bem como a elaboração da acta.

### Artigo 5º Apresentação de candidaturas

1. As listas de candidatos a presidente da federação deverão ser entregues à COC até ao 15º dia anterior do acto eleitoral.

2. As candidaturas a presidente da Federação são propostas por um mínimo de 2,5% dos militantes inscritos na área da Federação, devendo ser acompanhadas do respectivo programa ou moções de orientação política.

## CAPÍTULO II ASSEMBLEIA ELEITORAL

### Artigo 6º Convocatória

1. A Assembleia Eleitoral é convocada simultaneamente com a Assembleia eleitoral que procede à eleição dos delegados ao Congresso da Federação.

2. A Assembleia Eleitoral é convocada pela Comissão Política da Federação, mediante aviso enviado a todos os inscritos até 8 dias antes da data marcada.

3. Do aviso constará, obrigatoriamente, a Ordem de Trabalhos, tendo como ponto a "Eleição do presidente da Federação", bem como o período de funcionamento da Assembleia Eleitoral.

4. A Assembleia Eleitoral deverá realizar-se até ao 15º dia anterior à data do Congresso, em dois dias seguidos, a determinar pela Comissão Política da Federação e com um funcionamento mínimo de quatro horas seguidas.

5. Quando não se verifique na primeira volta a maioria exigida no n.º 2 do artigo 4º do presente regulamento, a segunda volta a que se refere o n.º 3 do artigo 4º, realizar-se-á em Assembleia Eleitoral a realizar 7 dias após a primeira Assembleia, com um funcionamento mínimo de 4 horas seguidas.

### Artigo 7º Acta da Assembleia Eleitoral

1. Da assembleia eleitoral será lavrada acta da qual deverão constar todos os elementos relevantes da mesma e nomeadamente:

- a) relação nominal das listas de candidatos e respectivas moções;
- b) número de votos entrados na urnas;
- c) lista nominal dos votantes;

d) resultados finais da votação;

2. Da acta deverá ser afixada no local da Assembleia Eleitoral, uma cópia, sendo o original enviado de imediato para a COC.

3. Das deliberações da Assembleia Eleitoral cabe recurso para a COC.

4. O prazo para recurso das deliberações da Assembleia Eleitoral é de 48 horas, a contar da afixação da acta.

## CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

### Artigo 8º Interpretação e integração

A interpretação e a integração de lacunas deste regulamento cabem à COC de cada Federação, tendo em conta o estabelecido nos Estatutos do Partido.

### Artigo 9º Reclamação

Do recenseamento actualizado, elaborado nos termos do n.º 5 do artigo 7º dos Estatutos, cabe reclamação, no prazo de uma semana, a qual deve ser decidida, no prazo de 3 dias, pelo Secretariado Nacional.

### Artigo 10º Recurso

1. Das deliberações da COC cabe recurso, a interpor no prazo de 48 horas, para a Comissão Federativa de Jurisdição, a qual deve ser decidida no prazo de 3 dias.

2. Das deliberações da Comissão Federativa de Jurisdição cabe recurso para a Comissão Nacional de Jurisdição, a interpor no prazo de 48 horas, a qual deve ser decidida no prazo de 3 dias.



## PS EM MOVIMENTO

### LISBOA

#### Reunião da Comissão Política

O camarada António Guterres apelou no dia 31, à noite, durante a reunião da Comissão Política do PS, para que todos os socialistas «cerrem fileiras», advertindo que os próximos tempos serão difíceis para o Governo. Falando na abertura da reunião, na qual esteve presente o ministro das Finanças e da Economia, camarada Pina Moura, o secretário-geral dos socialistas justificou a estratégia seguida pelo Executivo em matéria de preços dos combustíveis.

#### Cerrar fileiras

Do ponto de vista político, o camarada Guterres alertou para a existência de «muitas forças» que procuraram gerar a agitação social em sinal de protesto contra o aumento dos combustíveis.

Segundo o primeiro-ministro, o Governo resistiu «até ao fim» para evitar este aumento dos preços, procurando controlar as metas previstas para a inflação no final do corrente ano.

No entanto, quando se verificou que a tendência para a subida de preços do crude era constante - e com o dólar norte-americano a valorizar-se -, o chefe do Executivo disse então que se tornou insustentável segurar os preços, porque o Estado estava a perder em receitas fiscais entre oito e 10 milhões de contos por mês.

No final da reunião, falando para a Comunicação Social, o camarada Jorge Coelho realçou a unidade do Partido e do Governo.



### CTT

#### Correios em debate

A Coordenadora Nacional das Secções dos CTT do PS, em colaboração com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista Europeu, promoveu no passado dia 1 de Abril, no Hotel Barcelona, um seminário subordinado ao tema «Na mudança do milénio – Correios que futuro?».

A encerrar os trabalhos esteve o camarada Jorge Coelho, presidente da FAUL, que fez uma intervenção.

### MADEIRA

#### Reunião da Comissão Regional

O PS/Madeira prepara-se para as próximas eleições que marcarão o princípio do fim do défice democrático na região e o caso de João Jardim e seus acólitos. Uma alternativa democrática para pôr o progresso ao serviço de todos e não apenas de uma clientela laranja.

O camarada Mota Torres é a grande esperança para colocar a Madeira na senda do progresso e desenvolvimento, num quadro de respeito por todas as forças políticas. Um PS/M que não abdica do seu programa e dos seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, descaracterizando-se.

Assim, o PS/Madeira vai apresentar-se sozinho ao eleitorado nas próximas eleições legislativas regionais, friso no dia 2, o candidato socialista à presidência do Governo Regional, camarada Mota Torres, numa reunião da Comissão Regional do partido.

«O PS/M vai a eleições com o seu programa, com as suas ideias, com a sua imaginação, com a sua criatividade, com os seus militantes, com os seus jovens, com as suas mulheres e os seus homens, com os independentes que gostam do PS/M e querem estar com o PS/M», disse Mota Torres na Comissão Regional que o elegeu como candidato socialista ao cargo de presidente do Governo Regional.

«O PS/M vai a eleições com respeito por si próprio e pela sua história. Penso sermos os melhores, os mais capazes, os mais isentos, os menos comprometidos e os que mais vontade evidenciam para, por força da vontade popular, virem a ser os intérpretes de uma nova concepção estratégica, política, económica e social da Região Autónoma de Madeira», acrescentou.

## Guterres em reunião do Conselho da IS

O camarada António Guterres, na qualidade de presidente da Internacional Socialista (IS), participa na reunião do Conselho da IS, subordinada ao tema «Por uma plataforma de progresso global», que decorrerá nos dias 10 e 11 de Abril, no Parlamento Europeu, em Bruxelas.

### RTP

#### Eleições para o Secretariado

Realizou-se o passado dia 23 de Março uma Assembleia Geral Eleitoral dos membros da Secção da RTP para eleger a Mesa da Assembleia Geral e o Secretariado. Assim, o camarada José Bicho da Silva é o coordenador do Secretariado, que conta ainda com seis vogais e três membros suplentes, enquanto o camarada Basílio Augusto Silva é o presidente da Mesa da Assembleia Geral, que inclui ainda dois vogais e um membro suplente.

### SÃO MAMEDE DE INFESTA

#### Secção comemora 25 de Abril

A exemplo de anos anteriores, a Secção de São Mamede de Infesta do PS vai comemorar o 25 de Abril.

O jantar comemorativo da Revolução dos Cravos realiza-se no restaurante da Igreja do Padrão da Légua, no próximo dia 24, pelas 20 horas, e o preço por pessoa é de 2200 escudos.

As inscrições terão de ser feitas até ao próximo dia 14, pelos telefones 229013856/229011707 ou ainda para o telemóvel 914107120.

O orador será o camarada Manuel Seabra, actual presidente da Câmara Municipal de Matosinhos.

### SILVES

#### PS acusa PSD e CDU

O PS/Silves acusou o PSD e a CDU de isolarem o município, ao rejeitarem a participação do concelho no projecto de desenvolvimento dos municípios da bacia do rio Arade.

A acusação surge na sequência de uma proposta apresentada pelos vereadores socialistas no executivo da Câmara de Silves, rejeitada com os votos do PSD e CDU, para a participação do concelho no projecto do Pavilhão do Arade, sediado no município de Lagoa.

Os vereadores do PSD, que detêm a maioria no executivo autárquico, e da CDU, ao rejeitarem a proposta, fizeram depender a participação do concelho no projecto da sua localização no município de Silves, através do aproveitamento do Pavilhão da FISSUL.

A proposta socialista defendia a participação do concelho de Silves no projecto do Pavilhão do Arade, que conta também com o envolvimento das autarquias de Lagoa, Monchique e Portimão, de um conjunto de iniciativas, tendo em vista a revitalização do rio Arade.

«Entendemos que o desenvolvimento do concelho de Silves passa por uma parceria estratégica com Portimão, Lagoa e Monchique», disse o presidente do PS/Silves, António Guerreiro, admitindo que a localização do Pavilhão do Arade em Silves beneficiaria o concelho. Segundo a RTA, o projecto vai ser incrementado por uma sociedade, cujo capital ascende a 220 mil contos, constituída por este mesmo organismo, entidades privadas do sector do turismo e câmaras de Portimão, Lagoa, Monchique, aguardando-se a resposta da autarquia de Silves sobre a sua participação na empresa.

O futuro Pavilhão do Arade, sediado à entrada da estrada que liga a EN 125 à povoação de Ferragudo, no concelho de Lagoa, é um espaço que vai ser adaptado para receber grandes eventos no barlavento algarvio, nomeadamente congressos e espectáculos de índole diversa.

## COMISSÃO POLÍTICA CONCELHIA DO PS/OEIRAS

Dia 13 de Abril, 21 horas  
Auditório Lurdes Norberto em Linda-a-Velha

#### Ciclo

**Uma autarquia para o novo milénio**

#### Tema

**PROTAML – Plano Regional do Ordenamento do Território na Área Metropolitana de Lisboa**

#### Organização

Concelhia do PS/Oeiras

#### Convidados

António Fonseca Ferreira, presidente da CCR Lisboa e Vale do Tejo

#### Destinatários

Autarcas, militantes e público em geral



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

**Teatro em Albufeira**

O Auditório Municipal apresenta, hoje e amanhã, pelas 21 e 30, a peça «Zoo Story», de Edward Albee, pela ACTA – Companhia de Teatro do Algarve.

Amanhã, às 21 horas, realiza-se na Galeria de Arte Pintor Samora Barros um Serão de Poesia Popular de Clementino Bayeta, com coordenação de Ruivinho Brasília.

António Arnaut apresenta, sábado, dia 8, às 15 horas, no Auditório Municipal, «Vida e Obra de Miguel Torga».

O colóquio, integrado na quarta sessão das Jornadas Literárias, será apresentado pelo conferencista Santos Serra e declamado por Paulo Moreira.

**Escultura e pintura em Amarante**

O Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso inaugura sábado, dia 8, pelas 16 horas, na Sala de Exposições Temporárias, uma mostra de escultura e pintura de Domingos Oliveira e Oscar Alves intitulada «Metamorfose Contínua».

A exposição poderá ser visitada diariamente até ao dia 13 de Maio, durante o horário normal de funcionamento do Museu, ou seja, entre as 9 horas e as 17 e 30, exceptuando segundas-feiras e feriados.

**Cinema em Coimbra**

No âmbito da sétima edição do festival cinematográfico «Caminhos do Cinema Português» serão exibidos hoje, no Teatro Académico de Gil Vicente, os filmes «A Suspeita», de José Miguel Ribeiro; e «Mal», de Alberto Seixas Santos.

Também hoje assista no TAGV, à exibição da película «Uma Abelha na Chuva» e participe no colóquio sobre a «Produção Cinematográfica», que contará com a presença dos cineastas João Pedro Bérnard, Jorge Neves e Pedro Caldas.

O sábado será dia de «Animação», género ficcional em destaque num colóquio onde poderão ser ouvidas figuras como Regina Pessoa, Abi Feijó, Luís Almeida e José Miguel Ribeiro.

Ainda sábado, e para encerrar o festival, haverá entrega de prémios nas categorias de «melhor filme», «melhor curta-metragem», «melhor longa-metragem», «melhor documentário» e «melhor filme de animação».

**Música em Fafe**

A edilidade fafense e a Academia de Música José Atalaya promovem o terceiro espectáculo da temporada do ciclo «Música em Diálogo», amanhã, no Estúdio Fénix, excepcionalmente a partir das 21 horas e com entrada livre.

Actuarão sucessivamente, no que promete ser uma grande festa da música, dezenas de alunos a partir dos seis anos, das classes de flauta, clarinete, saxofone, violino, guitarra, acordeão, piano e canto.

Actuam ainda os professores da Academia Luís Magalhães e o Coro de Pequenos Cantores de Fafe.

**Noite latina em Faro**

A partir de amanhã, sexta-feira, e até à próxima quinta-feira, dia 13, o Cinema Santo António tem em cartaz o filme «O Furacão», de Norman Gewison.

No Cinema Golden City a escolha recai sobre a fita de Wescraven, «Os Gritos», em exibição no mesmo intervalo temporal.

Também amanhã, o Ginásio da Escola João de Deus servirá de cenário para uma «Noite Latina». Este espectáculo organizado pelo Clube de Danças Latinas da Escola decorrerá a partir das 21 e 30.

«Inimigos» é o nome da peça de Nigel Williams, encenada por Pedro Wilson, que poderá apreciar este fim-de-semana, na Sociedade Os Artistas, a partir das 22 horas.

A Orquestra de Metais da Fundação Pedro Ruivo dará um concerto esta segunda-feira, às 21 e 30, no Conservatório.

O teatro de marionetas «Por alguns contos de reis» é um espectáculo dirigido por alunos do 1º ciclo ao qual poderá assistir no dia 10, às 10 e 30 ou pelas 15 horas, no Auditório Municipal.

**Poesia em Guimarães**

Abril, mês da liberdade, foi escolhido para o arranque da exposição «Cem Anos de Poesia», uma iniciativa organizada pela Biblioteca Municipal Raúl Brandão e que pretende reviver um século da melhor obra poética.

**Fotos em Lisboa**

A Orquestra Gulbenkian apresenta-se, hoje e amanhã, às 21 e 19 horas, respectivamente, no Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian, num concerto dirigido pelo maestro Günther Herbig e onde poderá apreciar-se a interpretação da solista de piano Hélène Grimaud.

No programa deste concerto encontram-

se obras de Mozart, Schumann, Lutoslawski e Liszt.

A Bedoteca tem patente, no Palácio do Contador-Mor, uma exposição sobre a História de Lisboa, segundo as visões de Filipe Abranches e Oliveira Marques.

«Still» é título da mostra fotográfica da Companhia Nacional de Bailado, de António Júlio Duarte.

A exposição pode ser visitada, até ao dia 20, na Sala das Arcadas do Museu das Comunicações.

**Casas em Matosinhos**

Mostrar como se habitava numa casa no final do século XIX é a aposta da exposição «Na Casa de Santiago, há cem anos atrás», patente no Centro de Arte.

«Espaços de representação», «Espaço de intimidade» e «A casa escondida» são os três grandes temas a referir na mostra. A exposição esperará pela sua visita até 4 de Junho.

**Baile em Portimão**

O Baile da Pinha decorre este sábado, dia 8, no Boa Esperança Atlético Clube.

**Concerto no Porto**

Christoph Prégardien (tenor) e Siegfried Mäuser (piano) apresentam um *Lied* Alemão dos séculos XIX e XX, hoje, às 21 e 30, no Auditório Serralves. Neste espectáculo serão interpretadas composições de Schubert, Schumann, Rihme e Killmayer.

**Peça infantil em Santo Tirso**

Os mais pequeninos poderão assistir à representação da peça «Eu poluo, tu limpas, vós poluíis, nós limpamos», encenada pela companhia de teatro familiar Teatro Construção.

A apresentação da peça decorre, até dia 10, em várias salas do concelho, numa média de dois espectáculos diários.

SUGESTÃO

**Orquestra Nacional do Porto em concerto**

A Orquestra Nacional do Porto apresenta-se, no próximo sábado, dia 8, na cidade Invista.

O concerto será dirigido pelo maestro inglês Peter Marchbank, segundo anunciou recentemente fonte da organização.

A agrupamento instrumental terá como solista de violoncelo Alexander Baile, que interpretará a peça de George Lloyd Concerto para violoncelo e orquestra. Esta obra de George Lloyd, escrita aos 84 anos, um ano antes de falecer, aborda a preocupação pela condição humana perante a ameaça de guerra e das poderosas forças destrutivas, experiência vivida pelo próprio ao passar pelas I e II Guerras Mundiais.

O espectáculo programado para a urbe portuense decorrerá no Auditório na Fundação António Cupertino de Miranda, a partir das 18 e 30.

A Orquestra Nacional do Porto apresentará ainda as obras de Michael Tippett, «Divertimento para Orquestra de Câmara», e de Vaughan Williams recriará a Sinfonia número 5.

Trata-se, pois, um convite irresistível para os amantes da música erudita. Se se inclui no grupo, então não falte.

**POEMA DA SEMANA**

Seleção de Carlos Carranca

*Rufando apressado,  
E bomboleado.  
Boné posto ao lado,*

*Garboso, o tambor  
Avança em redor  
Do campo de amor...*

*Com força, soldado!  
A passo dobrado!  
Bem bomboleado!*

*Amores te bafejem.  
Que as moças te beijem.  
Que os moços te invejem.*

*Mas ai, ó soldado!  
Ó triste alienado!  
Por mais exaltado*

*Que o toque reclame,  
Ninguém que te chame...  
Ninguém que te ame...*

**Camilo Pessanha**

In «Clepsidra e outros poemas»

Ópera em concerto

**Juan Hidalgo**

La Capella Reial de Catalunya  
Les Concert des Nations

Jordi Savall – direcção

9 de Abril  
21h00

Grande Auditório  
Fundação Calouste Gulbenkian

FREE JAZZ

Quarteto de  
**DAVID S WARE**

DSW – tenor e saxofone  
Matthew Shipp – piano  
William Parker – contrabaixo  
Guillermo Brown – bateria

10 de Abril  
21h30

Grande Auditório  
Centro Cultural de Belém



## O CROMO

**E**mbora ainda falte praticamente um ano até à sua realização, bem pode dizer-se que as eleições presidenciais não são propriamente um assunto que mobilize os portugueses. Provavelmente porque o resultado dessas eleições é facilmente antecipável. Com efeito, tendo em conta a natureza das eleições presidenciais, o nível de competências do órgão de soberania e, sobretudo, o comportamento político do actual inquilino de Belém, não é difícil protagonizar uma ampla vitória do Dr. Jorge Sampaio. Folgada vitória à 1ª volta que, aliás, o actual Presidente da República merece amplamente. Fica pois a discussão política reservada e confinada a pequenos acontecimentos absolutamente marginais. O 1º é claramente a disputa à direita. No estado actual em que vegeta o principal partido da oposição - o PSD - a grande questão para esta área política, não é a de ganhar as eleições presidenciais, mas sim a de distarçar o incómodo das eleições.

Após várias tentativas falhadas tudo se inclinava para que o próprio líder do PSD fosse obrigado a «ir a jogo». Só que esta «inevitabilidade» tinha um problema que era o de trazer para a luz do dia um confronto à direita que tudo indica seria desastroso para o PSD. Era preciso pois associar para o ar. É assim que surge o Engº Ferreira do Amaral. Ninguém acredita verdadeiramente que esta candidatura seja para valer. É, sim, para ganhar tempo, para disfarçar e, para evitar (até quando?) o confronto do Dr. Durão Barroso com o Dr. Paulo Portas. Depois do adiado «combate de chefes» no seio do seu próprio partido, o líder do PSD lá conseguiu, também, escapar-se desta. Ganha algum tempo, mas não ganha seguramente a felicidade. Outro facto verdadeiramente secundário e caricato tem a ver com a desistência de candidatura presidencial do Dr. Vieira de Carvalho (o autoproclamado Prof. da Maia). Confesso que já nem eu próprio me lembrava que o «homem» se tinha

disponibilizado para o sacrifício. Mas não fossemos nós esquecê-lo, cá está o inefável autarca a lembrá-lo. Tenho para mim que o fenómeno Vieira de Carvalho é um bom sintoma da parte do regime que temos de modificar. Recentemente e quando contrariado numa reunião na Área Metropolitana do Porto, o Dr. Vieira de Carvalho afirmou agastado: «Eu tenho 30 anos de vida política». O que é verdade, pois o Dr. Vieira de Carvalho foi dirigente destacado da ANP antes do 25 de Abril. Só que o deputado metropolitano que o interpelou não se calou e retorquiu de imediato: «Eu tenho 30 anos de honestidade.» Perante esta réplica Vieira de Carvalho meteu a viola ao saco. Um falso candidato do PSD para livrar de dificuldades no imediato o respectivo líder partidário, e um putativo candidato que não tendo sido notado à entrada insiste em publicitar-se à saída. Em suma: um verdadeiro cromo.

«Moralmente, e num sentido universal da justiça, Pinochet é tão criminoso como Mengel»  
**António Muñoz Molina**  
Visão, 30 de Março

«A baronesa Thatcher, que nunca protestou contra a violência das ditaduras, nem nunca deu muita importância à humanidade das vítimas do seu amigo, indignou-se com o facto de Pinochet ter sido tratado como foi»  
**Idem, ibidem**

«Com a entrada em vigor da nova lei (Lei 116/99), deixou de compensar o trabalho suplementar não remunerado, porque as coimas atingem um valor que deve levar os gestores da banca a ponderar estas práticas»  
**Delmiro Carreira, presidente do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas Públicas**, 31 de Março

«É bom lembrar aos nossos amigos angolanos que nos momentos dramáticos que se viveram em Angola imediatamente após o 25 de Abril, Mário Soares, como secretário-geral do Partido Socialista, reafirmou ao presidente Agostinho Neto e aos altos dirigentes do MPLA que o acompanhavam, na primeira sede do PS, em São Pedro de Alcântara, a solidariedade e apoio na luta pela independência de Angola e no lugar que legitimamente lhes cabia numa Angola livre e democrática»  
**Pedro Coelho**  
Diário de Notícias, 1 de Abril



Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director  
**Fernando de Sousa**  
Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Mary Rodrigues**  
Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**  
Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**  
**Francisco Sandoval**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17, Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17, Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**

Depósito legal Nº 21339/88; ISSN: 0871-102X;  
Registo no ICS nº 106395

**Impressão** Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo  
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4º, Massamá, 2745 Queluz